

Primeira Região

em revista

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano I - n.º 11 - abril - 2011

PARTICIPAÇÃO

RESULTADOS

ESTRATÉGIA

REUNIÃO AVALIATIVA

TRF reúne seus dirigentes e avalia resultados da gestão



PROCESSO DIGITAL

Implantação do sistema chega à décima etapa com a instalação nas seccionais de Mato Grosso e Pará



ESPECIAL

Decisão diz que FGTS pode ser utilizado para tratamento de doenças não previstas em lei

PILHAS E BATERIAS PODEM SER RECICLADAS.

NÃO JOGUE ESSE MATERIAL NO LIXO. ELE PREJUDICA O MEIO AMBIENTE.

**ACESSE www.br4.in/lixoeletronico
E SAIBA QUAL O PONTO DE COLETA MAIS PRÓXIMO DE VOCÊ.**

SEJA CONSCIENTE



O PLANETA AGRADECE

Ao leitor

Numa administração moderna, a busca da eficiência na gestão pública como objetivo maior a ser conquistado deve ser a preocupação básica de todo administrador. Assim tem sido com a administração do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, que, ao chegar à metade de seu mandato neste mês de abril, efetua um balanço da gestão, apresentando um saldo positivo, a despeito dos obstáculos encontrados no caminho e dos desafios que ainda estão a exigir criatividade e empreendedorismo de seus gestores. Os resultados desse primeiro ano de gestão foram objeto de reunião da alta administração com os gestores setoriais em dois momentos, aqui retratados em nossa reportagem de capa, na qual os dirigentes fazem uma avaliação do primeiro ano à frente das secretarias de informática, recursos humanos, de administração, de controle interno, de programas e benefícios sociais, judiciária, de planejamento e orçamento, e do Centro de Estudos e Apoio à Gestão, expondo os desafios enfrentados, as ações desenvolvidas em suas unidades e projetando as ações futuras com base em metas previamente estabelecidas. Por meio das reuniões avaliativas periódicas foi possível aferir e avaliar o que foi feito, corrigir os erros e planejar novas ações com foco na excelência do serviço prestado.

Dentro dessa perspectiva, o entrevistado desta edição de abril é o presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, que passa em revista o primeiro ano como gestor e fala de suas impressões acerca dos desafios de administrar um tribunal de dimensões continentais, com orçamento modesto, e realidades e necessidades tão diversificadas.

A Primeira Região em Revista aborda, também, o tema “Aposentadoria”, um convite à reflexão àqueles que estão se aproximando dessa fase da vida. Matéria oportuna diante dos números apresentados pela Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal, que apontam que mais da metade dos servidores do TRF se encontram na faixa etária de 41 a 50 anos. Registramos a palestra realizada no Tribunal para discutir o assunto, quando foram tratadas questões relativas a tempo de serviço, abono de permanência, entre outros, em sintonia, ainda, com o artigo da consultora Shirley Pontes, que fala da importância de se começar a se preparar para ingressar sem traumas, de forma leve e planejada, nessa nova fase da vida.

Mais assuntos interessantes podem ser encontrados em nossas editoriais, entre as quais, Painel de Notícias Institucionais, com destaque para a inauguração de mais uma vara federal no interior de Minas Gerais, em Montes Claros, e o balanço do mutirão Judiciário em Dia, trabalho que está avançando paulatinamente, trazendo bons resultados na entrega da prestação jurisdicional.

Você acompanha também as novidades que foram notícia neste mês, como a indicação do magistrado Tourinho Neto para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Uma boa leitura a todos.

Ivani Morais

Chefe da Assessoria de Comunicação Social do TRF/ 1.ª Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Geral

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSUETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
ITALO MENDES
CARLOS OLAVO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
FAGUNDES DE DEUS
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES

Diretor-geral da Secretaria:

Felipe dos Santos Jacinto

Conselho Editorial:

Secretário-geral da Presidência – Joseny Marques Freire
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção Audiovisual, Etiene Gomes de Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)
Supervisora da Seção de Imprensa, Marília Maciel Costa.

Editora-Chefe

Ivani Moraes

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores

Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350), Euvaldo Pinho, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Martha Hormann, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026), Vanessa Vitória, Viviane Rosa e Sônia Martins

Estagiários

Clara Shiratori, Fernanda Medeiros, Lécio Luiz, Paula Oda e Raissa Capibaribe

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1ª Região

Revisão

Márcia Murça Barroso

Projeto Gráfico e editoração

Jordânia J. Alves

Fotos

Brito Júnior, Euvaldo Pinho, Leonardo Costa, Luiz C. B. Xavier, Mauro Putini, Ramon Pereira, Saulo Cruz e Secos da 1ª Região

Fotolitos

Empresa Ryobi Gráfica e Editora

Impressão

Gráfica do TRF da 1ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1ª Região

Contato

primeiraregioaemvista@trf1.jus.br



12 | Capa

Presidente e diretores fazem um balanço do primeiro ano de gestão

Acesse www.trf1.jus.br

Portal do TRF1

Portal do TRF1

e-Cint

Sistema de Citação e Intimação Eletrônica

Consulta Processual

Consulta processual da Primeira Região

e-Proc

Sistema de Peticionamento Eletrônico

Acesse

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br



MARCO PUTINI

46 | **Painel** Mutirão Judiciário em Dia – Juízes avaliam resultados



EUVALDO PINHO

52 | **Por aí** De navio para a Itália



FILIPKRAEHLHÄNZEN

62 | **Saúde** Autismo: a síndrome que requer cuidado para diagnóstico e tratamento

6 Entrevista

Ao completar um ano na Presidência do TRF, o desembargador Olindo Menezes faz uma reflexão sobre o período

28 Direto da rede

Reputação virtual – Informações publicadas na internet podem prejudicar a sua imagem

42 Novas varas federais

Subseção de Montes Claros/MG instala a segunda vara prevista para 2011

48 Panorama Primeira Região

Acompanhe os principais acontecimentos nas seções e subseções judiciárias

58 Artigo

Perícias no JEF/Acre: Projeto *Perícia na Ordem do Dia*
Por Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, juiz federal do Acre

56 Comportamento

Preparação para aposentadoria
Por Shirley Pontes



BRITO JUNIOR

Passado um ano, ou cumprida a primeira etapa de um mandato de dois anos, Olindo Menezes fala sobre a experiência de administrar uma corte judicial com tamanha jurisdição

▼ CHICO CAMARGO

No dia da posse no cargo de presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.^a Região, em 22 de abril de 2010, o desembargador federal Olindo Menezes lançou mão da sabedoria do filósofo Sêneca para dizer que estava advertido quanto à sua ascensão. Então, disse ele: “aquilo que parece altitude, na verdade, é a boca do abismo”.

Passado um ano, ou cumprida a primeira etapa de um mandato de dois anos, Olindo Menezes fala sobre a experiência de administrar uma corte judicial com tamanha jurisdição, que tem seções e subseções judiciárias em 13 estados, assim como no Distrito Federal, todas com características próprias e com variados graus de complexidade, o que requer um tratamento diferenciado a cada uma delas; além do próprio Tribunal, em Brasília, onde vivencia o cotidiano da burocracia a lidar com a solução de problemas os mais diversos.

É em seu gabinete, instalado no prédio-sede, que o presidente se reúne diariamente com o *staff* que o auxilia na gestão administrativa e na tomada de decisões as mais diversas. Desde os primeiros momentos na direção da Corte, mostrou o estilo minucioso, atento a tudo e a todos; o interesse por detalhes que afetam as atividades mais corriqueiras de forma a entender como as coisas acontecem, e conhecer quem faz o quê no dia a dia da administração do Tribunal.

Leia a seguir entrevista do presidente Olindo, quando fala de suas sensações, percepções e conclusões sobre este primeiro ano de mandato, consciente do tamanho de suas responsabilidades, de que suas atitudes alcançam a atuação de magistrados e influenciam a satisfação dos jurisdicionados.



Não tenho nenhuma desilusão. Sabia o que tinha pela frente, de modo que uma ou outra coisa que não tenha podido fazer não representa uma ilusão perdida



Ao completar um ano de mandato, o que surge de pronto na sua mente sobre os afazeres do presidente do TRF da 1.ª Região?

Depois de um ano de mandato, tenho duas percepções, basicamente: a primeira é que agora é que estou compreendendo efetivamente a complexidade administrativa do Tribunal, de jurisdição continental, e, conseqüentemente, como desempenhar, com maior visão de conjunto, os afazeres da Presidência, não só no seu cotidiano de dezenas de atos administrativos a assinar, como também e principalmente nas suas grandes linhas estruturais administrativas e de representação externa da Corte; a segunda, quiçá uma ilação da primeira, é que ainda tenho muito a fazer, agora com melhor conhecimento de causa, mas já com a ligeira sensação de que não terei tempo útil e recursos para cumprir em sua plenitude todas as metas traçadas.

Ao passar em revista as ideias e percepções do então recém-empossado para o agora veterano presidente, houve alguma mudança nas concepções e percepções sobre as possibilidades de poder-fazer?

Agora, depois de um ano de mandato, mais experimentado à prática da administração do Tribunal, percebi que não é fácil administrar uma corte com inúmeras necessidades, de toda ordem, e tão poucos recursos, humanos e materiais, sem falar nos gargalos impostos pelos órgãos superiores, que a cada dia avançam na autonomia administrativa do Tribunal. O poder-fazer de um presidente de um tribunal é extremamente vinculado. Para exemplificar, tarefas que se situam na alçada da autonomia do tribunal, como a realização de um concurso para juiz federal substituto,

as edificações de sedes de unidades – tão necessárias nas novas subseções, muitas delas ainda pagando aluguéis –, e até mesmo a aquisição de um veículo de serviço, dependem sempre da chancela do Conselho da Justiça Federal, cujas resoluções são muito exigentes.

O senhor está satisfeito com as realizações ocorridas até este momento?

Na medida do possível, estou satisfeito, embora a minha vontade fosse de ter feito algumas coisas com maior velocidade administrativa, dado o curto espaço do mandato. É muito penoso movimentar as estruturas administrativas do Tribunal. Uma aquisição às vezes simples leva um tempo muito grande, devido a uma cadeia fatigante de procedimentos e controles, que são necessários, em face das normas constitucionais e legais que regem a administração, mas que terminam por tirar a leveza que seria ideal para a realização das metas administrativas. Já estou no segundo ano de mandato e ainda não realizei algumas metas traçadas, seja por falta de recursos – os recursos, porque escassos, estão submetidos a determinadas prioridades e, não raro, passam por contingenciamentos, frustrando metas que poderiam ser alcançadas –, seja pela necessária prática de procedimentos administrativos que levam muito tempo.

Entre os seus projetos no exercício da presidência, qual ou quais o senhor destacaria como mais importante? Por quê?

Afirmo no dia da minha posse que o meu grande objetivo era fazer o Tribunal funcionar bem no seu cotidiano, a

partir de padrões administrativos firmes, na prática de uma cultura, sadia e impessoal, de respeito à norma. Vivemos, afortunadamente, num Estado de Direito. Se os servidores e magistrados conhecem as normas e, tendo-as presentes no seu imaginário funcional, por elas se guiam, tudo funciona bem, sem postulações descabidas, infundadas, puramente corporativas e, sobretudo, fisiológicas. Ao lado disso – uma coisa se nutre da outra, para que não se cultue a norma de modo formal, como uma divindade –, é importante praticar a norma por um sistema de mérito, preservando e engrandecendo a memória funcional do tribunal, pondo as pessoas certas nos lugares certos, sem subjetivismos, dando preferência, sempre que possível, aos servidores da casa. Orgulho-me de contar nos dedos das mãos – e ainda sobra

dedo – as pessoas que, na minha administração, vieram de fora do quadro do Tribunal.

Nesse prazo de um ano o senhor acha que poderia ter feito mais?

Sim. Em muitos setores, poderia ter avançado mais, se os recursos financeiros e humanos fossem mais generosos. Dou como exemplo o processo digital, que está andando de forma segura e criteriosa, sem propaganda, mas que poderia estar mais avançado se o Tribunal dispusesse de mais recursos técnicos e financeiros. Os servidores do quadro, na área de informática, são muito poucos, fazendo com que o Tribunal tenha que contar com os serviços de terceirizados, que têm se revelado essenciais aos nossos programas – o



BRUNO CARRA



Outra coisa que me orgulha é a convivência funcional sadia e normativa que estou conseguindo desenvolver – diria: melhor resgatar – com os meus colegas desembargadores



nível do pessoal da informática não poderia ser melhor –, mas que, pelo alto custo que propiciam, estão sempre na alça da mira dos órgãos superiores e até mesmo do Tribunal de Contas da União.

A questão não se limita à informática. Hoje – é lamentável dizer – o Tribunal está com sua estrutura em risco, em face da aguda falta de servidores para as suas reais necessidades. O serviço sempre aumenta, os mutirões se multiplicam, as metas se avolumam, as cobranças da sociedade se repetem, mas o quadro de pessoal não muda! Todos os setores reclamam – os da área-meio já estão gritando! –, e com razão, mas o presidente pouco ou quase nada pode fazer. Os cargos somente podem ser criados por lei e, na nossa estrutura, dependem de encaminhamentos do Conselho da Justiça Federal, do Superior Tribunal de Justiça, e mesmo do Conselho Nacional de Justiça, tudo submetido a muitas vicissitudes. Vencidas essas etapas, vem o segmento mais complicado do Executivo, com a parte financeira, e do Legislativo, envolvendo negociações políticas penosas e, não raro, infrutíferas. É sempre necessário esperar o tempo político adequado, em função das conjunturas administrativo-político-financeiras e das opções de política governamental.

Há alguma distância entre o que o senhor imaginou que podia fazer ao chegar à Presidência e o que pôde ser feito até aqui? Houve alguma ilusão?

Não tenho nenhuma desilusão. Sabia o que tinha pela frente, de modo que uma ou outra coisa que não tenha

podido fazer não representa uma ilusão perdida. Destacaria a construção da futura sede, que está andando muito bem, apesar das grandes pedras que lhe puseram no caminho em passado recente! Até que seja inaugurada, sofreremos com a crise de espaço, que no final deste ano será amenizada com a entrega ao Tribunal, pelo TSE, dos imóveis da sua atual sede, em virtude de acordo entre as duas cortes, recentemente confirmado pelo plenário do TSE.

Numa recente reunião de avaliação de meu primeiro ano de gestão – a cada seis meses faço uma avaliação –, afirmei para a minha equipe que se conduzisse com o mesmo ardor do primeiro ano, com o mesmo entusiasmo dos primeiros meses, e, com essa afirmativa, senti firmeza e brilho nos olhos em todos eles, que manifestam orgulho de integrar a minha administração, escolhidos todos pelo sistema de mérito.

Outra coisa que me orgulha é a convivência funcional sadia e normativa que estou conseguindo desenvolver – diria: melhor resgatar – com os meus colegas desembargadores. Sinto-me gratificado quando os meus colegas comparecem ao gabinete da Presidência, que para eles tem as portas sempre abertas, em qualquer momento, seja para uma visita de cortesia, seja para tratar de um assunto do seu interesse funcional. Não quero distância funcional desnecessária entre o meu gabinete e os colegas do Tribunal, que, por unanimidade, me elevaram à Presidência.

No último dia 10 (maio), do meu aniversário, recebi um telegrama de um ministro afirmando que me parabenizava pela minha segura presidência, fator de harmonia e efici-



BRITO JUNIOR

ência no TRF-1. É-me grato ouvir isso de pessoas de fora, vividas no dia a dia da Justiça, num sinal de que estou no caminho certo.

Depois de um ano na Presidência, além da chegada da máquina de escrever (como disse em seu discurso de posse), o senhor continua considerando o e-Jur como a maior revolução da Justiça?

Não há dúvida de que o e-Jur é o grande futuro da Justiça. Teremos uma justiça ou, melhor dizendo, um processo, sem papel, o que abala e inquieta as nossas mentes, mas é irreversível. No futuro não muito distante, as pessoas terão acesso à justiça sem sair das suas casas, apenas utilizando os seus computadores pessoais. Sem os autos físicos dos processos, já não serão necessários tantos espaços físicos nos tribunais. Além disso – e isso parece um pouco melancólico –, nós, das gerações do papel, ficaremos na poeira da estrada, pois, sem a suficiente inclusão digital (que, antes de passar pelos dedos, passa pelas mentes), não teremos habilidades para competir com as novas gerações, todas afeitas às novas tecnologias.

Que planos o senhor tem para completar o seu mandato?

Os planos são os mesmos do meu primeiro dia. Trabalhar com entusiasmo, em todas as tarefas de um presidente, sem desânimo, até o dia 22 de abril de 2012. Nesse dia farei uma bonita solenidade para entregar ao futuro presidente um TRF-1 (falo dos magistrados e dos servidores) pacificado, respeitado e arrumado, com padrões funcionais definidos e permanentes.

Que nota Olindo Menezes dá ao presidente pelo seu desempenho?

Não me atribuo nota. Apenas tenho consciência de que estou fazendo o que devo, e de forma verdadeira, dentro da minha maneira de ser, fiel a mim mesmo. A nota deve ser atribuída pelos servidores, pelos magistrados, pelos advogados, pelos jurisdicionados, pelos que vivem a minha gestão. Sei que desagradei em alguns pontos da política administrativa, mas eles eram necessários ao bem do Tribunal e do serviço. Se a nota, sendo o caso, não for muito baixa, ficarei feliz. ■

CHICO CAMARGO

Análises acadêmicas apontam que os processos de gestão e administração organizacional, nas duas últimas décadas do século XX, foram marcados por significativas contribuições do campo da informática e da tecnologia da informação. Os ganhos para as organizações manifestaram-se na aplicação das tecnologias da informação e comunicação – as TICs. Tabular dados com velocidade de um segundo; gerir recursos, tempo e pessoas em função de resultados preestabelecidos. Teoricamente, a conjugação desses elementos propicia economia, eficiência e eficácia.

Apesar dos incontestáveis benefícios trazidos pelas ferramentas de comunicação interpessoal, parece que antigos conceitos como “olho no olho”, e “ao vivo e em cores” ainda guardam uma importância fundamental nas relações de trabalho, ou seja: a interatividade proporcionada pelas TICs é muito importante, dada a rapidez e a eficácia com que as ordens de ação chegam ao destinatário e se concretizam. Mas nada melhor do que o velho método do “bate-papo”, mesmo que seja formal, para se “auscultar” a quem, por dominar especialidades e possuir boas informações, pode ajudar a construir decisões e a traçar rumos.

Pelo menos é o que se pode inferir das respostas dadas pelos diretores de secretaria e do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag), do Tribunal, a uma pergunta que lhes foi feita pela reportagem de Primeira Região em Revista: “Que avaliação o(a) senhor(a) faz sobre os resultados das reuniões avaliativas?” (veja matéria na página 16)

Desde que chegou à Presidência do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, o desembargador federal Olindo Menezes afirmou algumas vezes a pretensão de tornar-se um “administrador” para poder enfrentar os desafios do cotidiano administrativo da Corte. Para ele, a moderna Administração existe em razão das inovações tecnológicas (reputa, por exemplo, o processo eletrônico – o e-Jur – como uma revolução). Mas não basta só a máquina, há que se trocar experiências e conhecimentos olho no olho. Esse ainda é o grande “software”.

Ainda na fase de transição entre gestões, Olindo Menezes reuniu-se com a sua futura equipe administrativa, incluindo o diretor-geral da Secretaria, Felipe dos Santos

Reunião avalia RESULTADOS DE GESTÃO

PRESIDENTE OLINDO MENEZES E
DIRIGENTES FAZEM UM BALANÇO
DA ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL

Jacinto, e os diretores das unidades, em nível de secretaria. Naquela oportunidade falou sobre o comprometimento que esperava de cada membro de sua equipe e traçou algumas metas que desejava ver cumpridas em sua administração. Ali já foi delineado que seriam realizadas reuniões periódicas com a finalidade de avaliar o cumprimento de metas e objetivos.

A reunião avaliativa é um método fundado na Administração Participativa e na Administração Estratégica, que são modelos atuais e contemporâneos.

“A Administração Participativa enfatiza e valoriza o trabalho em equipe, levando as pessoas que fazem parte da organização ao comprometimento com os resultados (eficiência, eficácia e qualidade). A sua aplicação exige da alta Administração liderança efetiva e bem estruturada e elevada capacidade de motivação e cooperação”, explica Wânia Maríça, diretora do Cenag, uma especialista no assunto, já que tem formação em Turismo, Administração e Direito, e com as seguintes pós-graduações: Organização, Sistemas e Métodos, Engenharia de Sistemas e Administração Judiciária. E completa: “A Administração Estratégica é uma forma de gestão estruturada e sistêmica, consolidada em um conjunto de premissas, normas e funções para o alcance de uma situação futura desejada. A informação e o conhecimento são indispensáveis para o desenvolvimento



MAURO PULINI

organizacional, para o gerenciamento de problemas e para a tomada de decisões. As reuniões avaliativas viabilizam essa gestão de informações e tomada de decisões; facilita a definição de prioridade e a seleção de projetos; possibilitam o desenvolvimento de ações corretivas; focam no desenvolvimento de estratégias e na melhor utilização dos recursos disponíveis. Dessa forma, as reuniões avaliativas permitem que o presidente transmita ao corpo dirigente os objetivos a serem alcançados e em que espaço de tempo pretende alcançá-los e, assim, são importante instrumento para que sejam estabelecidas as prioridades, as responsabilidades, a organização e o planejamento das ações, os processos de trabalho e o controle de resultados, tudo de forma compartilhada, harmônica e interagente.”

Decorridos os seis primeiros meses após a posse, ocorreu a 1.ª Reunião Avaliativa de Gestão. Feita em duas etapas, no salão nobre do TRF, uma no dia 22 de outubro e outra em 12 de novembro de 2010, serviu para o presidente aprofundar conhecimentos, estimular o relacionamento multilateral entre os órgãos dirigentes do Tribunal, além de verificar o andamento das atividades. Ao término daquele evento, o presidente marcou o próximo para dali a seis meses.

Dito e feito. No dia 27 de abril, dessa vez reunidos de forma a inaugurar o “Espaço Orlando Gomes” (veja *box*), o presidente, acompanhado pelo diretor-geral da Secretaria,

Por ser um espaço de socialização de conhecimento, o encontro de várias pessoas com diferentes expertises e experiências possibilita a sinergia entre diferentes conhecimentos para a resolução de problemas complexos.

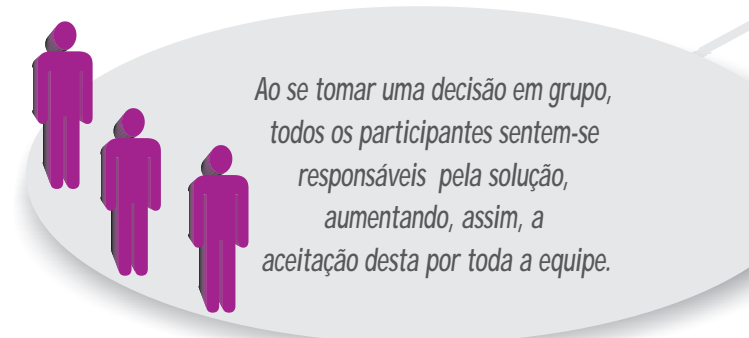
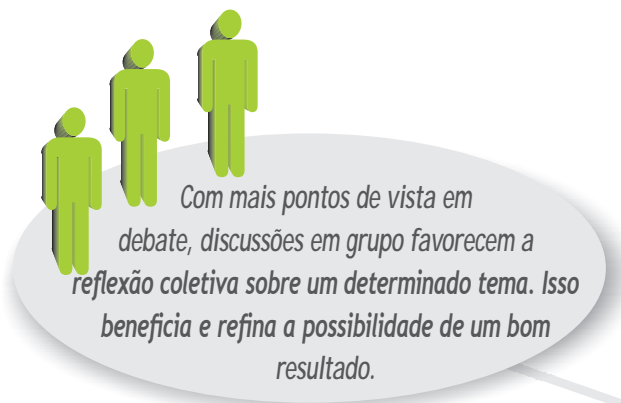


Felipe dos Santos Jacinto, e pelo juiz em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, e os diretores de secretaria e do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag) examinaram e avaliaram as principais atividades empreendidas pela Administração no decorrer do primeiro ano de mandato do desembargador Olindo Menezes, completado no último dia 22 de abril.

Ao abrir os trabalhos, o presidente deixou evidente a necessidade de inteirar-se constantemente das rotinas que cercam a administração da Corte. "Por isso preciso participar e entender cada vez mais dos procedimentos administrativos", disse Olindo Menezes ao falar sobre um dos motivos da reunião.

Em seguida, o diretor-geral, Felipe Jacinto, fez uma breve exposição dos fatos que marcaram o primeiro ano da gestão de Olindo Menezes, destacando as dificuldades enfrentadas pela Administração em face da insuficiência de dotação orçamentária para manutenção das atividades existentes e implementação de outras. Contudo, deixou claro que, com o apoio da Presidência, as soluções apresentadas para superar os obstáculos surtiram efeito, o que possibilitou ao Tribunal alcançar resultados positivos neste primeiro ano de mandato.

Na sequência, cada um dos diretores de secretaria, além do Cenag, apresentou um resumo dos principais acontecimentos em suas respectivas áreas de atuação, cujo conteúdo era o andamento de projetos e atividades, metas cumpridas e as perspectivas de cada um para o segundo ano de mandato. Durante as suas exposições, os direto-



res Wânia Maritça, do Cenag, Ricardo Paulo Tomaz, da Secretaria Judiciária (Secju), Márcio Cruz, da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin), Carlos Frederico Bezerra, da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro (Secor), Mirian Guimarães, representando Ionice de Paula Ribeiro, diretora da Secretaria de Controle Interno (Secoi), Valéria Alves Pereira, representando Marcos Dias, diretor

O ESPAÇO ORLANDO GOMES



A 2.^a Reunião Avaliativa de Gestão do TRF aconteceu no dia 27 de abril, e logo após o descerramento da placa que denomina de "Espaço Orlando Gomes" o novo local de reuniões da Presidência do Tribunal. Instituído pela Portaria Presi/Cenag 174 de 13/04/2011, o conjunto de salas está localizado no 2.º andar do Edifício-Sede I, em área anexa ao gabinete da Presidência.

Conforme a Portaria, o Espaço Orlando Gomes é composto de um salão de eventos institucionais, destinado à realização de sessões do Conselho de Administração, reuniões reservadas do Plenário, da Corte Especial, das Seções e das Turmas, inclusive interrogatórios (processos de competência originária), e por uma sala de reuniões corporativas, destinada à realização de reuniões e videoconferências conduzidas pelo presidente do Tribunal.



da Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe), Ruth Cruz Vaz, diretora da Secretaria de Recursos Humanos (Secre), e Ruyter Roberto Ramos, diretor de Secretaria de Administração (Secad), foram frequentemente abordados pelo presidente, que fazia indagações e comentários a respeito dos fatos apresentados.

Ao encerrar a reunião, o presidente Olindo Menezes

agradeceu o esforço dos servidores, elogiou o desempenho de cada órgão da Administração da Corte, pela superação das dificuldades, e reconheceu que houve uma grande evolução no período. Disse também da sua satisfação com os resultados alcançados “com denodo e galhardia” e, por fim, convocou: “Vamos em frente com entusiasmo e dedicação”.

Nova reunião foi agendada para o mês de outubro. ■

Além disso, o Espaço pode ser utilizado por desembargador federal integrante da Corte, por unidade organizacional do Tribunal, pelas comissões permanentes ou temporárias e por comissões administrativas, desde que autorizados pelo presidente e mediante agendamento prévio, que deverá ser solicitado ao chefe de gabinete da Presidência, o qual ficará responsável pelo controle de utilização da sala.

Dessa forma, conforme disse o presidente, é feita homenagem ao advogado, catadrático e jurista baiano, reconhecido especialista em Direito Civil, entre outras matérias jurídicas, falecido na cidade de Salvador em 1988. O presidente justificou o ato dizendo que “o Direito vive das ideias dos mortos”.

A solenidade de inauguração contou com a presença do vice-presidente, José Amílcar Machado, do corregedor regional da 1.ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, do diretor-geral da Secretaria, Felipe dos Santos Jacinto, do juiz em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, de diretores de secretaria e servidores do TRF.

Fonte: <http://www.terraforum.com.br/biblioteca/Documents/libdoc00000129v002Gestao%20de%20Reunioes%20e%20Gestao%20do%20Conheciment.pdf>

Diretores de secretaria falam sobre o primeiro suas atividades, dizem quais são seus desafios

Transcorrido o primeiro ano da atual gestão, e considerando a área em que atuam, qual o balanço das atividades empreendidas até aqui?



BRITO JUNIOR

CENAG

O balanço é bem positivo. Os objetivos e metas estabelecidos estão sendo cumpridos dentro da programação.

▶ **Wânia Maríça**

SECOR

Um ano bastante movimentado para a área de orçamento. Além do dia a dia que podemos resumir na análise diária de pleitos, de todos os tipos, das 14 unidades da 1.ª instância e do próprio Tribunal, emitindo pareceres quanto à viabilidade orçamentária financeira para desenvolvimento e atendimento dessas demandas, a Secor está à frente do desenvolvimento de estudos para viabilizar a implantação de um sistema de custos no Tribunal, reformulando os métodos para captação da proposta orçamentária junto às seccionais e ao Tribunal, participando dos estudos e critérios para priorização das obras que passarão a ser incluídas no orçamento e plano plurianual, da atualização das demandas estratégicas e sua vinculação ao orçamento e de visitas *in loco* às subseções da 1.ª Região, que permitem levantamento, registros e uma análise mais precisa dos problemas que chegam à Secretaria.

SECOI

A Secretaria de Controle Interno buscou nesse primeiro ano de gestão executar as atividades de controle como aliadas da gestão, e não como mero fiscal apontador de erros. Dessa forma, a secretaria participou de todas as fases da execução dos atos da gestão administrativa do Tribunal, executando o controle, *a priori*, concomitante e, *a posteriori*, da execução dos atos administrativos. Esse modo de exercício do controle permite à administração corrigir rumos, evitar problemas e, sobretudo, assegurar ao ordenador de despesa a aprovação das contas pelo TCU.

SECBE

Redirecionamento do foco na assistência à saúde dos beneficiários, modernização do Programa e concessão de novos benefícios.

▶ **Carlos Frederico Bezerra**



LUIZ XAVIER

ano da atual gestão, fazem um balanço de e o que pensam sobre reuniões avaliativas

SECJU

Foi um período de muito trabalho, em frentes diversas. Alguns projetos foram finalizados, outros estão em andamento, e há muito a fazer. Mas é bom olhar para trás e perceber que projetos importantes foram concluídos, tais como os mutirões da Corec e da Corip, a triagem dos processos do mutirão Judiciário em dia, a estabilização das rotinas do e-Jur, em especial aquelas utilizadas na autuação e distribuição, a atribuição de todos os processos em análise de RE/REsp à Presidência ou Vice-Presidência, conforme o caso, e a revisão dos temas de sobrestamento dos processos afetados pelo instituto da repercussão geral. O sentimento é de que estamos trabalhando há bem mais de um ano.

SECIN

A Secretaria de Tecnologia da Informação concentrou esforços nesses 12 meses, preparando o ambiente computacional da Primeira Região para receber os três principais projetos da atual administração. São eles: processo digital (e-Jur), mutirão Judiciário em Dia e instalação das novas varas federais. Como todas as atividades necessárias para concretização dos projetos foram bem-sucedidas, avalio-as como positivas e eficazes.

SECRE

A Secretaria de Recursos Humanos engloba uma série de atividades complexas e diversificadas. Apesar da grande demanda de serviços e do número reduzido de servidores, o primeiro ano de gestão apresentou resultados significativos, principalmente na área de capacitação. O melhor aproveitamento das potencialidades individuais e de equipe e o comprometimento de todos garantiram, inclusive, que algumas metas fossem superadas.



Ruyter Roberto Ramos

SECAD

Muito positivo. Em primeiro lugar, foi necessário conhecer e avaliar as dificuldades e problemas existentes em cada unidade. Vencida essa etapa, passou-se a dar prioridade às demandas encaminhadas à Secad, envolvendo compras, material e patrimônio, licitações, execução orçamentária e financeira, transporte e segurança, obras e serviços de engenharia, contratos, bem como comunicações administrativas. Neste primeiro ano de gestão, foram realizadas várias atividades importantes, tais como contratações de serviços para recuperação do telhado da base operacional, modernização das instalações do Tribunal, impermeabilização do Centrejufe, construção de subestação de energia, aquisição de equipamentos e material permanente, renovações contratuais, execução da 2.ª e início da 3.ª etapa da obra de construção da nova sede do Tribunal, entre outras realizações.

Quais os maiores desafios de seu setor? Como enfrentá-los?



SECIN

O grande desafio da TI na Primeira Região é atender com eficiência e celeridade as inúmeras necessidades dos clientes, visto que o corpo técnico de 44 servidores efetivos é um dos menores do Poder Judiciário. A superação desse problema só será possível com o aumento no número de profissionais, que, segundo critérios objetivos do CNJ, deve ser 480.

**Márcio
Cruz**

SECAD

Os maiores desafios são, em nosso entendimento, o aprimoramento técnico da força de trabalho das unidades da Secretaria e a revisão e normatização de procedimentos da unidade. Esse trabalho tem por objetivo o controle, a simplificação e aceleração da execução das metas estabelecidas pelo presidente do Tribunal. Para enfrentá-los, contamos com a inestimável colaboração dos servidores e diretores desta secretaria e dos demais dirigentes do Tribunal. Será um trabalho desenvolvido em equipe, com vistas a superar os inúmeros desafios que certamente iremos enfrentar.

SECOI

O maior desafio da Secoi ainda é a abrangência da Justiça Federal da 1.ª Região, que dificulta a padronização dos instrumentos de controle e a própria divulgação desse novo modo de exercício de controle interno, que já vem sendo adotado, mesmo informalmente, pelo TCU. Encontros periódicos entre os dirigentes de controle interno das seccionais podem permitir essa aproximação e, por consequência, a padronização de atividades de controle.

SECOR

Administrar o tempo. Com o crescimento da Justiça Federal, principalmente com sua interiorização, o volume de trabalho tem crescido muito. Continuamos com a mesma estrutura, e hoje planejamos o orçamento e controlamos a execução orçamentária de mais de 60 unidades da Justiça Federal, espalhadas nas 14 unidades da federação que compõem a 1.ª Região, e deveremos chegar perto de 100 ao final de 2014, quando concluiremos a instalação de todas as novas varas federais. O controle do orçamento é fundamental. Imagine que tudo gira em torno de recursos financeiros. O funcionamento da máquina administrativa atual, as novas ideias para colocarmos em funcionamento, os pleitos que surgem com as novas instalações, tudo precisa do respaldo orçamentário. Estamos migrando o sistema de controle da execução orçamentária do modo Acesso para Web a fim de ajudar nesse trabalho. Precisamos saber de tudo que acontece para saber até onde podemos ir.

SECBE

O maior desafio é a modernização do Pro-Social, e ele será enfrentado com as seguintes medidas: consolidação de procedimentos do novo sistema (Benner) e funcionamento regular em toda a 1.ª Região. Facilitar/melhorar o atendimento aos beneficiários do Pro-Social e rede credenciada do programa. Buscar sempre melhorar o atendimento/satisfação dos magistrados, servidores, dependentes, prestadores, e estagiários por meio da revisão sistemática das rotinas, melhor uso da tecnologia existente e capacitação da equipe. Ajudar na melhoria da saúde e bem-estar através de programas de prevenção cada vez mais sintonizados com as necessidades do nosso público-alvo. Atualizar os mecanismos de autorização e perícia para ajudar na gestão do Pro-Social. Atualização das normas que regem o Programa.



Marcos Dias

SECJU

Atuar em atividades distintas e concomitantes, como a gestão de doze coordenadorias, da Secretaria Executiva do Mutirão Judiciário em Dia, do grupo que trata da evolução do processo digital da Primeira Região, além de um envolvimento direto na melhoria de nossas ferramentas de trabalho, tais como o sistema Juris e o envio eletrônico, que está passando por uma necessária reformulação, é, sem dúvida, um desafio por si só. Para enfrentá-lo, conto com parcerias estratégicas com a Secin e o Cenag e com o apoio de uma equipe de trabalho na qual confio muito. Para evitar frustrações e perda da motivação, também exercito diariamente o pensamento de que não é possível resolver tudo de uma só vez; contudo, não custa nada tentar...



Ricardo Paulo Tomaz

SECRE

Os desafios são muitos. Há necessidade urgente de modernização nos processos de trabalho para dar maior celeridade e eficiência aos serviços prestados. Outra grande preocupação da Secre é a de consolidar a UniCorp em toda a 1.ª Região. A implantação de quatro polos educativos e a crescente oferta de ações de capacitação foram medidas facilitadoras para a consecução desse objetivo.

CENAG

Assim como outras áreas do Tribunal, enfrentamos as dificuldades de contar com quadro técnico inferior às reais necessidades. Todavia, os maiores desafios enfrentados pelo Cenag são os prazos incompatíveis com as necessidades de se desenvolver um estudo amplo e abrangente. Muitas vezes, trabalhos complexos que exigem estudo de legislação e pesquisa em outros órgãos, são solicitados com prazos praticamente inexecutáveis. O Cenag tem uma responsabilidade muito grande na elaboração de documentos normativos e atos de gestão (resoluções, portarias) e projetos de grande repercussão no Tribunal e na Primeira Instância, como ampliação de quadro de pessoal, estruturação organizacional, introdução de novas metodologias de trabalho.

Que avaliação o (a) senhor (a) faz dos resultados das reuniões avaliativas?

SECOI

As reuniões avaliativas são muito positivas, porque permitem a divulgação das atividades desenvolvidas pelas várias unidades do Tribunal, o conhecimento dos sucessos, dos insucessos, das boas práticas que podem ser aproveitadas por outras áreas, além de trazer a satisfação pessoal do reconhecimento da Alta Administração pelo esforço despendido pelas unidades administrativas no desenvolvimento das atividades que garantem o perfeito funcionamento da Justiça Federal da Primeira Região.



LUIZ XAMER

Ionice de Paula Ribeiro

SECJU

Entendo que são, de fato, produtivas. Primeiro, porque expõem entrelaçamento de atividades entre as áreas do Tribunal. Uma demanda de aquisição de equipamentos, por exemplo, passa pela TI, Administração, Orçamento, e sua finalização pode resultar em melhoria no atendimento nos balcões das coordenadorias. Assim, entender as limitações, dificuldades e projetos das outras unidades une ainda mais as equipes e favorece o bom relacionamento entre os setores. Segundo, porque viabiliza a prestação de contas à Presidência, seu objetivo maior. Nela, não apenas eventuais dúvidas são sanadas direta e objetivamente, mas também há a construção de uma boa fotografia da Organização, de seu planejamento e de suas realizações. O resultado é que você sente que faz parte de um projeto e tem muito a contribuir.

SECOR

As reuniões avaliativas são muito produtivas. É uma oportunidade de todos os secretários estarem prestando contas ao presidente dos serviços que estão sendo realizados e dos problemas que vêm sendo enfrentados. No dia a dia, com as agendas sempre cheias dos dirigentes, falta um momento para pararmos e, com toda a equipe reunida, fazer essa prestação de contas. É interessante, porque não só a Presidência, mas os demais secretários entendem melhor as dificuldades e os trabalhos que estão sendo desenvolvidos no âmbito de cada área. Tenho apenas uma ressalva a fazer, a exposição de cada apresentação deve ser sempre sucinta, para não fugir do tempo estipulado e ficar cansativa para todos, em vista da quantidade de áreas que participam das reuniões. Assim, os temas abordados serão mais diretos, ficando o detalhamento para reuniões individuais.

SECBE

Excelente. Temos uma visão global de como está sendo conduzida a gestão na área administrativa no TRF e como consolidar as ações de acordo com o objetivo estratégico do Tribunal.

SECIN

O dia a dia imposto às unidades do Tribunal não permite que conheçamos os problemas enfrentados e as soluções desenvolvidas por cada unidade para cumprimento dos objetivos traçados pela administração, razão pela qual considero de suma importância esses encontros, pois temos a oportunidade de vivenciá-los.

SECAD

A oportunidade de avaliar o que foi feito e o que deixou de ser feito é muito importante. Nessas reuniões foi possível verificar que a maioria das dificuldades relatadas está relacionada ao número reduzido de servidores das unidades, ao espaço físico existente e à necessidade de modernização dos sistemas informatizados. No que se refere especificamente à Secad, destaco um dos tópicos abordados na primeira reunião avaliativa, relacionado aos trâmites internos de uma licitação. Naquela oportunidade, foram explicadas todas as fases de um procedimento licitatório e os prazos legais exigidos para a sua conclusão, possibilitando aos participantes da reunião entender a razão pela qual o atendimento de algumas demandas nem sempre é concluído nos prazos desejados.

CENAG

Considero de extrema importância as reuniões avaliativas para que haja troca de informações e conhecimento entre as diversas unidades organizacionais que compõem a Secretaria do Tribunal e são responsáveis pela execução, avaliação e controle dos trabalhos administrativos.

Estamos implantando modelos estratégicos de gestão, e isso requer que haja também um grande compartilhamento de informações, de técnicas de gestão, troca de experiências e formação do conhecimento organizacional.

Nas reuniões avaliativas, há uma integração muito grande entre as diversas áreas do Tribunal, que proporciona elementos de reflexão e de ações sistêmicas, continuadas e complementares. Como consequência, pode-se mencionar a economia de recursos e de esforços pelo compartilhamento de ações e de experiências e ainda o desenvolvimento de todo o corpo gerencial que tem nos encontros a possibilidade de aquisição de novos conhecimentos, inclusive quanto à capacidade de planejamento, execução de projetos e atividades, gerenciamento de pessoas e condução de equipes.

SECRE

As reuniões avaliativas contribuem para o fortalecimento da gestão como um todo. Essa prática organizacional propicia uma visão sistemática, garante o compartilhamento de experiências e informações, a integração das unidades e a ajuda mútua para a conquista dos objetivos comuns estabelecidos pelo Tribunal, em seu planejamento estratégico. ■

**Ruth
Cruz Vaz**



Tribunal decide sobre liberação do **FGTS** para tratamento de câncer e doenças raras

RAISSA CAPIBARIBE

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1967 pelo Governo Federal e atualmente regulado pela Lei n.º 8.036/90, é um conjunto de recursos financeiros que ampara os trabalhadores em situações como a de ruptura da relação de emprego, aquisição de casa própria, alguns casos de doenças graves, aposentadoria, falecimento, bem como aqueles com mais de 70 anos.

Acontece que muitas vezes o pedido de liberação do fundo de garantia é negado às pessoas que não possuem as doenças previstas pela lei (neoplasia maligna – câncer –, portadores do vírus HIV e pessoas em estado terminal), e elas acabam recorrendo à Justiça. Um paciente idoso de Goiânia, portador da doença charcot-marie-tooth (veja box) em estágio grave, teve seu pedido de saque negado pela Caixa Econômica Federal, que alegou que a doença acometida não se enquadrava no art. 20, Lei 8.036/90. Por conta da negativa da CEF, o paciente entrou na Justiça para que seu pedido fosse atendido. O caso veio parar no TRF da 1.ª Região, onde o direito ao saque foi garantido “por se tratar de uma doença degenerativa que causa atrofia e fraqueza dos músculos e pela necessidade de tratamento contínuo, aquisição de medicamentos e auxílio para executar tarefas cotidianas”, explicou o juiz Vallisney de Souza Oliveira, relator convo-

cado do caso.

O juiz esclareceu que “apesar de algumas doenças graves não estarem inscritas na lei que possibilita a movimentação do fundo de garantia, existe manifestação dos tribunais em favor do trabalhador que tem seus direitos restritos”. Para ele, a lei é muito restrita e o judiciário deve dar uma interpretação mais extensiva às diferentes hipóteses.

Os dependentes do titular da conta (filhos, pais ou, em outros casos, o companheiro) também se podem beneficiar dos depósitos. Mas nem sempre é fácil provar a dependência econômica, e esses casos também acabam na Justiça.

Foi o que aconteceu com um ex-funcionário do Banco Bandeirantes, que precisou sacar o FGTS para custear o tratamento do pai, vítima de câncer. Tendo sido seu pedido negado pela Caixa Econômica, que afirmou não possuir o filho nenhum documento que comprovasse que ajudava no sustento do paciente – seu pai –, o ex-funcionário recorreu à Justiça, e conseguiu a liberação do fundo de garantia.

“Nesses casos deve prevalecer o direito à saúde. O juiz deve ter a capacidade de analisar a prova e perceber que naquele momento deve conceder o saque do FGTS. Com certeza esse dinheiro é muito importante para o tratamento e para o conforto familiar” ponderou o juiz Vallisney. ■

SOBRE A DOENÇA CHARCOT-MARIE-TOOTH

As neuropatias de charcot-marie-tooth são conhecidas também como neuropatias motoras e sensoriais hereditárias. Formam um grupo heterogêneo de doenças genéticas que afetam nervos periféricos motores e sensoriais, com diferentes padrões de herança, evoluções clínicas e características. É um dos grupos mais comuns de neuropatias genéticas, afetando crianças e adultos com uma frequência relativamente alta (um caso para 2,5 mil pessoas).

Essas doenças caracterizam-se por provocar uma degeneração lenta e progressiva dos nervos periféricos, levando à atrofia e à fraqueza dos músculos distais dos membros. Muitas vezes causam deformidades das mãos e dos pés, e alterações da sensibilidade e dos reflexos dos tendões.

Fonte: Universidade de São Paulo (USP)





PÂNCREAS ARTIFICIAL CONTROLA O DIABETES

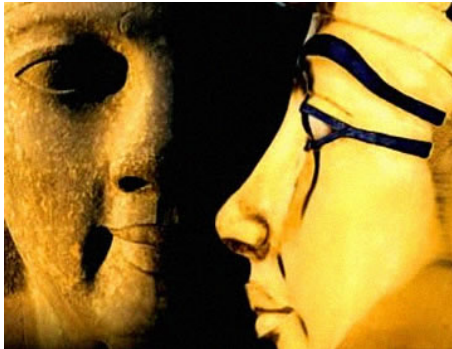
Um pâncreas artificial, que monitora os níveis de açúcar no sangue e libera, automaticamente, quantidades adequadas de insulina, é a nova promessa para o tratamento de diabetes tipo 1. Nesse tipo de diabetes, o paciente precisa tomar várias injeções diárias de insulina para controlar a doença. Pesquisadores da Universidade de Cambridge testaram o aparelho e dizem que ele está pronto para ser usado por diabéticos em casa. Eles fizeram a pesquisa com 24 pacientes hospitalizados. Os resultados foram publicados no periódico British Medical Journal.

15 abril
O Globo

CHINA DEFENDE A ENTRADA DO BRASIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Na visita da presidente Dilma Rousseff à China, o país asiático deu um passo adiante ao tratar da defesa do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. No comunicado conjunto assinado pelos dois países, a China se posicionou ao lado do Brasil ao assinalar que a representação das nações em desenvolvimento, naquele fórum, é agora uma prioridade.

12 abril
Correio Braziliense



MAIS DE MIL PEÇAS RARAS DESAPARECERAM NO EGITO

O ministro de antiguidades do Egito revelou que mais de mil peças foram furtadas de museus e sítios arqueológicos egípcios desde janeiro. A revelação ocorreu depois da onda de protestos que atingiu o país em fevereiro, levando a renúncia do então presidente Hosni Mubarak. O inventário das peças desaparecidas será entregue à Organização das Nações Unidas – Unesco.

11 de abril
Agência Brasil

CÂMARA MANTÉM PRISÃO ESPECIAL PARA DIPLOMADOS

A Câmara aprovou mudanças no Código de Processo Penal após acordo para retirar artigo que acaba com a prisão especial para autoridades e graduados. A decisão não encerra a discussão sobre o tema, já que tramita na Câmara um outro projeto, aprovado pelo Senado em dezembro de 2007, que também modifica o código e restringe a prisão especial. Entre as mudanças aprovadas está a possibilidade de substituir a prisão preventiva por outras medidas cautelares.

10 abril 2011
Folha São Paulo

TRABALHANDO PARA O GOVERNO BRASILEIRO

O STF está afogado em recursos. Do total de 1,1 milhão de casos que chegaram ao Supremo entre 1988 e 2009, 92% eram recursos. Essa é uma das conclusões do projeto Supremo em Números, feito por Joaquim Falcão, diretor da Escola de Direito da FGV-RG. Dos dez maiores demandantes de recursos somente um era privado (a Telemar/OI); o restante, o Estado brasileiro. Para se ter uma ideia, apenas a CEF, a União e o INSS responderam por 47% de todos os recursos.

15 abril 2011
Revista Veja



Mutirão põe fim a **DUAS DÉCADAS** de espera por justiça



EX-MILITAR COM ESQUIZOFRENIA AFASTADO DO EXÉRCITO EM 1969 GARANTE DIREITO À REFORMA. DECISÃO VEIO 23 ANOS APÓS O INÍCIO DA AÇÃO JUDICIAL

EXÉRCITO BRASILEIRO/OLÍMPIA DA SILVA RIBEIRO

RICARDO CASSIANO

A 2.^a Turma Suplementar do Mutirão Judiciário em Dia, em curso no TRF da 1.^a Região desde fevereiro, concedeu a um ex-militar dispensado do Exército o direito de ser reformado. O apelante procurou a Justiça Estadual do Piauí 23 anos atrás, depois de deixar as Forças Armadas em decorrência de problemas mentais adquiridos durante a prestação de serviço militar.

João Belo Souza ingressou no Exército aos 18 anos, em 1969. Nos dois primeiros meses, não apresentou nenhum comportamento que o diferisse dos colegas de caserna. Mas, logo depois, começou a perder o controle emocional e ficar agressivo. Surgiam os primeiros sintomas de uma grave doença, desenvolvida no ambiente militar: a esquizofrenia. À relatora do processo na turma suplementar, juíza federal Rosimayre Gonçalves, colegas afirmaram ter percebido as mudanças de atitude após João Belo tomar injeção de Te-tabe, uma vacina usada para combater diversas doenças.

Após vários atendimentos médicos dentro do próprio Exército, a situação se agravou. Sem condições de manter a farda, o jovem foi dispensado do serviço militar e mandado de volta para casa. Ao procurar as razões da dispensa, a família descobriu que o Exército havia emitido um certificado de isenção, comumente entregue a quem deixa de servir. “É como se ele nunca estivesse lá”, afirmou a relatora. Na época, vigorava o Decreto-Lei 9.698/46, que previa, no artigo 60, o direito à reforma por invalidez ou incapacidade física definitiva.

Somente em 1988, um irmão de João Belo resolveu entrar com ação na Justiça Estadual, como curador, demonstrando que a doença gerou inaptidão absoluta. Foi aí que se verificou a existência de um laudo médico emitido em 1969. O documento indicava uma situação de incapacidade para o trabalho, mas sem especificar a doença. Novos exames constataram que se tratava de esquizofrenia, um grave transtorno do funcionamento cerebral. Era o início de uma longa batalha judicial.

INTERNET

Esquizofrenia

A esquizofrenia é um transtorno mental severo e debilitante que afeta cerca de 1% da população mundial. Segundo o psiquiatra Eduardo Sá, professor de Psicologia Clínica da Universidade de Coimbra, em Portugal, ela se manifesta por meio de vários sintomas. Além dos delírios e alucinações, as pessoas esquizofrênicas também tendem ao isolamento social, têm o afeto comprometido e apresentam falhas no sistema que coordena o pensamento e a fala, gerando distorções na comunicação.

Os fatores que geram esse distúrbio ainda são, na essência, um mistério para os pesquisadores. “É uma doença que tem um caráter genético, mas a forma como ela vai se expressar, isso ainda não é muito claro”, afirma Eduardo. O psiquiatra explica que a ocorrência em membros da família aumenta a chance de desenvolver a esquizofrenia, principalmente em ambientes desfavoráveis. “O desencadeamento pode funcionar como um gatilho, se o indivíduo já tem um quadro e passa por uma situação estressante”.

O médico, contudo, garante que o tratamento pode diminuir os efeitos da doença. Uma boa relação médico-paciente, o uso regular das medicações e a participação da família são fundamentais nesse processo. “Para ter uma evolução mais favorável, manter as relações sociais, manter-se no trabalho, é imprescindível a adesão ao tratamento”, avalia.

Nos casos em que a doença já atingiu o estágio avançado, como o do militar dispensado do Exército, o desligamento do trabalho é inevitável e o paciente deve ser aposentado, segundo o especialista. “Ele deve ser afastado do trabalho, ou porque a doença o está deixando sem capacidade para trabalhar, ou porque o trabalho vai agravar sua condição de saúde naquele momento”. Mas há situações menos críticas que requerem apenas o afastamento provisório, recomendado por uma junta médica.

De regra, o mais importante é tentar manter o paciente socialmente ativo e derrubar o preconceito quanto ao comportamento do profissional com esquizofrenia. “De um modo geral o doente mental não é mais violento que o restante da população. A tendência é muito mais de isolamento do que partir para o confronto”, define o psiquiatra.

Genética

No processo transferido para a Justiça Federal do Piauí, a União questionava se a esquizofrenia, por ser uma doença genética, poderia dar direito à pensão. Argumentava que a disfunção mental teria ocorrido antes do ingresso no Exército; que não foi confirmada a hipótese de agravamento pela injeção de Tetabe; e que, devido à demora para procurar a Justiça, o caso já estaria prescrito. Em 2002, após decisão favorável ao ex-militar, a ação chegou, em grau de recurso, ao TRF da 1.ª Região. Mas, devido ao acúmulo de processos, só foi a julgamento no último dia 28 de abril, pelo Mutirão Judiciário em Dia.

A 2.ª Turma Suplementar, amparada em laudos da perícia judicial, seguiu o entendimento da vara federal do Piauí.

Os exames confirmaram que ambientes desfavoráveis podem contribuir com o surgimento da esquizofrenia. Por isso, a relatora entendeu que o autor da ação deveria receber pensão vitalícia, já que foi vitimado durante o serviço militar. “O Estado é responsável pela manutenção desse cidadão brasileiro, e teria que tê-lo reformado ao invés de fazer a dispensa”, afirmou Rosimayre Gonçalves, no voto.

Para rebater a alegação de que João Belo já estaria doente quando se alistou, a juíza federal baseou-se no depoimento de três colegas do ex-militar. Todos disseram ter passado por inspeção médica e que o mesmo procedimento “não detectou nenhum problema de saúde no apelado”. Quanto à falta de ligação entre a doença e a injeção de Tetabe, Rosimayre considerou a questão irrelevante. “O que



O QUE DIZ

A LEI:

Estatuto dos Militares vigente em 1969 (Decreto-Lei 9.698/46) – artigo 60:
“O militar da ativa ou da reserva passa à situação de reformado:
b) por invalidez ou incapacidade física definitiva”

Código Civil vigente em 1969 (Lei 3.071/16) – artigo 169:
“Não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes”

Código Civil (Lei 10.406/2002) – artigo 198:
“Também não corre a prescrição:
I - contra os incapazes de que trata o art. 3.º”

Código Civil (Lei 10.406/2002) – artigo terceiro:
“São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos”



relevar é o surgimento da incapacidade, em razão da alienação mental, após a incorporação (ao Exército)”.

Embora a União tenha alegado a prescrição, por se terem passado 19 anos até a propositura da ação, o entendimento da turma foi contrário. Os magistrados frisaram que a incapacidade absoluta do apelado, nos termos do artigo 169 do Código Civil vigente na época – artigo 198 do atual Código Civil – invalida o prazo prescricional de cinco anos previsto em lei.

Invalidez

Desde a incorporação de João Belo ao Exército já se passaram 42 anos. Durante todo esse tempo, ele ficou impedido de trabalhar por causa da invalidez permanente.

HÁ TRÊS TIPOS DE AFASTAMENTO DO EXÉRCITO

- A bem do serviço público (por justa causa)
- Reserva (com possibilidade de ser reconvocato em situações extremas)
- Reforma (aposentadoria definitiva)

EXÉRCITO BRASILEIRO/ARTON SOARES

“Não tinha condição de exercer nenhum ato da vida civil, as atividades normais, nem cuidar de si próprio”, descreveu a relatora. O advogado do ex-militar, Pedro Julião, disse que o cliente ficou numa situação de indigente, após a reviravolta ocorrida na caserna. “Para dizer o português mais claro, ele está jogado na sarjeta, totalmente abandonado, vivendo como pedinte”, desabafou.

Nos primeiros anos, o amparo veio da família, o mais importante pilar no tratamento de pessoas esquizofrênicas. Mas, com o tempo, João Belo perdeu a mãe e ficou sob os cuidados do irmão, que não tinha condições financeiras de proporcionar o tratamento adequado. Vagando de clínica em clínica, hospital em hospital, era constantemente confrontado pelo desprezo e pela indiferença. Situações vivenciadas, também, perante o Poder Público. A juíza federal Rosimayre Gonçalves se surpreendeu com os depoimentos colhidos durante o processo. “O que me chamou a atenção foram as consequências da omissão do Estado para a vida do cidadão e a persistência nessa omissão”, afirmou, ao comentar a falta de sensibilidade dos órgãos de saúde, que negaram internação e tratamento durante anos. Apenas em 1982, João conseguiu assistência permanente de uma instituição pública.

Para a relatora, a negativa do Exército em proceder à reforma demonstrou “desrespeito à dignidade da pessoa humana” e gerou perdas irreparáveis e incalculáveis. Diante dos fatos, a 2.ª Turma Suplementar foi unânime em garantir o direito de pensão vitalícia ao apelante e colocar um ponto final no processo, no âmbito da Justiça Federal. As juízas federais Rosimayre Gonçalves e Rogéria Maria Debelli determinaram a reforma, com efeitos retroativos a março de 1969. “Com esse dinheiro ele vai poder fazer o tratamento que antes não poderia”, comemorou o advogado do ex-militar.

O defensor definiu a decisão como “perfeita” e disse acreditar que o entendimento não deve ser mudado, mesmo que o processo suba ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para Pedro Julião, casos como esse devem ter o julgamento priorizado nos tribunais brasileiros. “Aqueles que têm invalidez, que têm problema cardíaco, que são mais velhos, têm que ter absoluta preferência, a lei dá essa preferência”, asseverou. ■

Reputação

INFORMAÇÕES PUBLICADAS NA
INTERNET PODEM PREJUDICAR A SUA
IMAGEM



PAULA ODA/IM

O Brasil, além de ostentar o título de líder mundial em tempo de acesso à internet, é campeão em quantidade de empregadores “espíões”, segundo pesquisa da empresa de recrutamento Robert Half, de 2010. Essa condição requer, portanto, atenção redobrada dos internautas brasileiros quanto ao que pretendem publicar na internet, seja a respeito de si ou dos outros. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) de 2011, em todo o país 73.9 milhões de pessoas acessam a Web pelo menos uma vez por semana, das quais 98% têm contas em redes sociais, como Orkut, Facebook e Twitter.

É exatamente nesse ambiente virtual que empresas têm buscado informações sobre seus próprios funcionários ou potenciais contratados, fazendo uso das novas tecnologias para finalizar processos de contratação de pessoal, conhecendo aspectos nem sempre perceptíveis nos processos de seleção tradicionais, como análise de currículo e entrevistas. Com a disseminação e a consolidação da rede mundial de computadores, essa prática tem sido comum em inúmeras empresas e instituições, que aproveitam o potencial dessa ferramenta para aprofundar o conhecimento sobre o funcionário ou sobre o candidato à vaga de emprego, acompanhando atitudes e comportamentos através dos conteúdos disponíveis na Web.

Portanto, para se ter uma boa imagem, é importante cuidar da chamada reputação virtual, conceito construído a

respeito de um indivíduo na internet, sobretudo nas redes sociais. E para isso o doutor em sociologia pela Universidade de Brasília e PhD em educação e informática pela Universidade Laval, no Canadá, Gilberto Lacerda Santos, aconselha ter cuidado com as informações pessoais e fotos postadas, assim como com sítios eletrônicos e *blogs* mais frequentados e opiniões que são divulgadas em debates e comunidades.

Ele ensina que as informações que podem ser publicadas na internet, sem qualquer prejuízo, são aquelas que não tenham conteúdo pessoal e íntimo e que não mostrem informações negativas das atitudes e do trabalho. “Entrar em uma comunidade como ‘Eu odeio o meu trabalho’ seria o mesmo que sair na rua com uma placa ‘eu odeio o meu trabalho’. Colocar uma foto no Orkut fumando maconha seria o mesmo que fumar maconha na porta da empresa onde se quer trabalhar”, alerta o especialista.

Apesar de os exemplos parecerem óbvios, os maiores erros cometidos pelos brasileiros na internet, segundo Gilberto Santos, são a publicação de imagens que acabam comprometendo a reputação do indivíduo, e de informações particulares que podem facilitar e até favorecer, por exemplo, a ação de bandidos na prática de crimes. Por isso, todo cuidado é pouco, e um simples descuido pode acabar em graves penalidades.

É esse o caso da estudante de direito das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) de São Paulo, Mayara Petruso.

O PROFISSIONAL ONLINE



PODE

- Colocar o nome
- Compartilhar hobbies e atividades
- Mostra o time do coração
- Mostrar visão política, religiosa e outras
- Comentar sobre assuntos do seu interesse, de maneira construtiva, sem polêmicas
- Indicar empresas onde trabalhou, manter laços com ex-colegas e profissionais da área
- Comentar acontecimentos do trabalho, mas nunca citar nome da empresa e de funcionários
- Monitorar diariamente seus perfis



NÃO PODE

- Inventar que faz parte de ONGs para parecer ser socialmente engajado
- Ofender pessoas (evite comunidades preconceituosas e estilo "Eu odeio meu chefe")
- Criticar aleatoriamente posições religiosas, políticas e outras
- Usar palavras de baixo calão
- Fazer comentários vazios, sem precisão
- Pedir autorização de diversos contatos só para ter grande número de amigos. O importante é a qualidade e não quantidade
- Ofender para poder defender sua posição política, religiosa, cultural, etc
- Falar mal de empresas que trabalhou e que trabalha, citar nomes de colegas que você não se dá bem. Você está sujeito à observação de chefes e parceiros



FOTOS E VÍDEOS



PODE

- Você se divertindo, em shows, viagens, restaurantes etc, com amigos, familiares, colegas
- "Tag" (ferramenta que indica quem está na foto ou vídeo): permitir, mas monitorar e avisar amigos se achar melhor que retirem a foto da rede.



NÃO PODE

- Você fumando, bebendo, fazendo referência a drogas ou em situações que possam prejudicar sua imagem como profissional

DICA

- Sempre use o bom senso para se expressar nas redes e seja quem é no mundo real
- Pense na sua segurança (não revele endereços nem mostre pertences valiosos, como carro)



AL

Por ter postado conteúdo ofensivo aos nordestinos no Twitter, do tipo "Nordestino não é gente. Faça um favor a São Paulo, mate um nordestino afogado!", a jovem de 20 anos foi desligada do estágio que fazia em um escritório de advocacia e está sendo processada pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Pernambuco. Ela responde pelos crimes de racismo, podendo ser condenada à pena de dois a cinco anos de prisão, e de incitação pública de prática de crime, cuja pena é detenção de três a seis meses, ou multa. O assunto repercutiu em toda a imprensa brasileira.

Para Santos, os principais motivos para as pessoas publicarem informações íntimas na Web são: a falta de destreza

na manipulação das ferramentas virtuais, a falsa ideia de privacidade que ela proporciona e a facilidade de comunicação e expressão proporcionada por esses ambientes. O especialista recomenda que os usuários da internet a utilizem como uma vitrine, ou seja, que só publiquem o que há de melhor para sua própria imagem.

Assim como a estagiária de direito, os internautas que se expõem em redes sociais estão sendo observados também pelos empregadores e pelos futuros patrões. Suas opiniões e preferências podem dizer muito a seu respeito, e isso pode ser determinante para a conquista daquele emprego ou uma promoção em sua carreira. Fique atento. ■

TRF REALIZA SEMANA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

Teve início, no dia 8 de abril, mais uma Semana de Desenvolvimento Gerencial do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, no salão nobre do edifício-sede, em Brasília. O evento, promovido pela Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1.ª Região (Unicorp) destina-se aos servidores do TRF ocupantes de funções gerenciais de CJ-01, CJ-02 e CJ-03. O curso constitui o primeiro módulo do Programa de Desenvolvimento Gerencial e está a cargo da Fundação Dom Cabral. O evento possibilita aos dirigentes a discussão de temas como liderança, gestão da comunicação e gestão orçamentária e financeira no Setor Público. Os trabalhos do curso foram abertos pela diretora da Secretaria de Recursos Humanos (Secre), Ruth Maria Cruz Vaz, e teve como palestrantes o professor Rodrigo Baroni, Moacir Sampaio, Gilberto Porto, Ricardo Gomes, Marcelo Henrique e Paulo Vilamarim. Os temas abordados foram, respectivamente, "Gestão da Informação e do Conhecimento aplicada ao Setor Público Brasileiro", "Gestão da Comunicação", "O Planejamento e a Gestão Estratégica no Poder Judiciário", "Novo Paradigma do Gestor Público", "Negociação no Ambiente Profissional" e Liderança". O evento foi encerrado no dia 15 de abril.



RAMON PEREIRA

STJ INDICA TOURINHO NETO PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

O Pleno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) indicou, por maioria, no dia 13 de abril, o magistrado Tourinho Neto e o juiz federal de São Paulo Sílvio Rocha para comporem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na mesma sessão, escolheu, também, o desembargador federal Lázaro Guimarães, do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Antes de tomar posse, os três indicados precisam ser aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pelo Plenário do Senado e, posteriormente, nomeados pela presidenta da República, Dilma Rousseff, para as vagas cujos ocupantes cabe ao STJ indicar, como estabelece a Constituição.

Fonte: STJ

BIBLIOTECA INICIA PROJETO DE HOMENAGEM AOS MEMBROS DO TRF

A Divisão de Biblioteca e Acervo Documental (Dibib) iniciou, no dia 18 de abril, projeto que tem como objetivo homenagear, a cada quatro meses, membros do TRF. O projeto prevê a exposição de algumas publicações relativas aos trabalhos dos magistrados que fazem aniversário no período, bem como pequena biografia, a fim de homenageá-los e contar um pouco de sua história. Em abril, os homenageados foram os magistrados Tourinho Neto, Assusete Magalhães, Jirair Aram Meguerian, Hilton Queiroz, Carlos Olavo, José Amílcar Machado e Francisco de Assis Betti, aniversariantes deste primeiro quadrimestre.

NOMEADO NOVO DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRF/ 1.ª REGIÃO

O advogado Kássio Nunes Marques foi nomeado no dia 18 de abril pela presidente da República, Dilma Rousseff, para exercer o cargo de desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, em vaga destinada a advogado, decorrente da aposentadoria do magistrado Carlos Fernando Mathias de Souza. Kássio Nunes Marques é graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Piauí e pós-graduado em Processo e Direito Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Ceará.

HOMENAGENS

O vice-presidente do Tribunal, desembargador federal Amilcar Machado, foi condecorado, no dia 29 de abril, com a Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM). A cerimônia ocorreu na parte externa do edifício-sede do Superior Tribunal Militar (STM) e foi presidida pelo ministro Álvaro Luiz Pinto. Criada em 1957, a medalha da OMJM é uma homenagem concedida a autoridades dos três Poderes e a cidadãos brasileiros e estrangeiros que tenham prestado reconhecidos serviços à Justiça Militar.



LUIZ XAVIER

Na tarde do dia 28 de abril, o desembargador federal Carlos Olavo Pacheco de Medeiros recebeu a medalha "Ordem do Mérito", grau Grão-Colar, conferida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em solenidade realizada no auditório do edifício-sede daquele órgão. A Ordem do Mérito do MPDFT é entregue bianualmente e destina-se a homenagear pessoas ou entidades que tenham prestado relevantes serviços, de forma excepcional e destacada, ao Ministério Público, à Justiça e à sociedade.



MAURO PITINI

PRESIDENTE ACOMPANHA ANDAMENTO DOS TRABALHOS DE EXECUÇÃO DA 3.ª ETAPA DA OBRA DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL

O presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, visitou, no dia 15 de abril, a obra do novo edifício-sede do TRF da 1.ª Região, acompanhado de dirigentes do órgão. Na ocasião, o diretor da Divisão de Engenharia (Dieng), Murilo Brito, apresentou um detalhamento do estágio atual da obra – terceira etapa de construção –, constituído pelos serviços de conclusão do 1.º subsolo e de estruturação de todos os blocos que irão compor a nova sede. Cerca de 430 funcionários, entre engenheiros, arquitetos e operários, trabalham atualmente na execução do serviço. O diretor da Dieng também informou ao presidente que já está em funcionamento, no canteiro de obras, uma usina de concreto, o que permitirá, em breve, que até 50% da quantidade desse material utilizada na construção dos prédios sejam produzidos no próprio local. A terceira etapa da obra está sendo executada, desde o dia 10 de janeiro deste ano, pela empresa ENGEFORT Construtora Ltda. O contrato com a ENGEFORT inclui, ainda, despesas com fornecimento de materiais, fretes, mão de obra, equipamentos, assistência técnica, administração, cessão técnica, licenças inerentes às especialidades, inclusive encargos sociais, tributos e seguros, necessários à execução dos serviços. Também estiveram presentes à visita o diretor-geral da Secretaria, Felipe dos Santos Jacinto,

o secretário-geral da Presidência, Joseny Marques Freire, o diretor da Secretaria de Administração (Secad), Ruyter Ramos, o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, e os membros da Comissão de Fiscalização, arquitetos Maurício Costa Souza e Luciano Lopes de Paula, e o engenheiro civil Maurício Pereira Rubo.



RAMON FERREIRA

SISTEMA BIOMÉTRICO DE IDENTIFICAÇÃO NO TRF

No período de 11 a 19 de abril, aconteceu no TRF 1.ª Região a colheita de digitais de servidores para a implantação do sistema biométrico de identificação, frequência e controle de acesso às dependências do órgão. O sistema está previsto na Portaria Presi/Cenag 158, de 19/04/2010, que dispõe sobre o expediente e a jornada de trabalho do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.



Plateia atenta à aula de Jobim.

Ministro da Defesa profere palestra no TRF da 1.ª Região

NELSON JOBIM FALA EM EVENTO ORGANIZADO PELA ESMAF

CHICO CAMARGO

A convite da Escola de Magistratura Federal (Esmaf) da 1.ª Região, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, proferiu, no dia 26 de abril, no salão nobre do Tribunal Regional Federal (TRF) 1.ª Região, palestra para magistrados e servidores do Tribunal.

Após a solenidade de abertura dos trabalhos, conduzida pelo presidente do TRF, desembargador federal Olindo Menezes, e pelo vice-diretor da Esmaf, desembargador federal I'talo Mendes, Nelson Jobim surpreendeu a plateia ao informar que mudara o tema. Em vez de falar sobre "As Forças Armadas e as Constituições", o ministro preferiu discorrer sobre a solução dos conflitos políticos por meio de cartas constitucionais, a partir da perspectiva da História.

Jobim começou abordando fatos que deram conformação ao direito constitucional americano entre o fim

do século XVIII e início do século XIX para, em seguida, alcançar as constituições brasileiras no Brasil imperial, das repúblicas Velha e Nova, culminando com o relato de acontecimentos que moldaram a Constituição de 1988.

Ao término de sua aula, o palestrante foi homenageado com um certificado da Esmaf.

Natural de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Nelson Jobim foi ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado em 7 de abril de 1997, e presidente do mesmo órgão no biênio 2004/2005. Na política, foi deputado federal por duas legislaturas, pelo estado-natal (1987-1991/1991-1995), inclusive durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Em seguida, foi ministro da Justiça, de janeiro de 1995 a abril de 1997, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. É ministro da Defesa desde julho de 2007. ■

Comissão conclui estudos para ampliação do número de magistrados dos TRFs

O ANTEPROJETO FOI ENCAMINHADO AO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL PARA ANÁLISE

MARTHA HORMANN

Após 45 dias de estudos, a comissão instituída pelo presidente do Conselho da Justiça Federal, ministro Ari Pargendler, para ampliação do número de magistrados dos Tribunais Regionais Federais concluiu seus trabalhos. Presidido pelo magistrado Tourinho Neto (da 1.ª Região) e composto por representantes dos TRFs das demais regiões e pelo presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), juiz federal Gabriel de Jesus Tedesco Wedy, o grupo pautou suas ações realizando amplo levantamento de sugestões, considerando critérios nacionais e regionais, entre os quais a magnitude da demanda, a expansão demográfica e o crescimento econômico do País.

Entre as sugestões aprovadas pela comissão está a alteração da composição dos TRFs, que passaria a ser de 59 juizes na 1.ª Região, 55 na 2.ª, 39 na 3.ª, 47 na 4.ª e 31 na 5.ª, distribuídos em quatro turmas julgadoras. As nomeações dos novos magistrados passariam a ocorrer gradativamente, no prazo de cinco anos, a partir do ano subsequente ao da entrada em vigor da nova lei.

Os gabinetes dos juizes também serão reestruturados com a nova proposta, passando a contar com uma CJ-03, duas CJ-02, duas FC-05, duas FC-04 e uma FC-02, a serem distribuídas entre os 14 servidores.

Após apreciação do documento, o pleno do TRF acolheu a proposta da Comissão e sugeriu a inclusão de mais um vice-presidente na composição da Primeira Região e dois servidores em cada gabinete. As sugestões foram encaminhadas ao presidente da comissão, Tourinho, pelo presidente do TRF, Olindo Menezes, e seguiram juntamente com o anteprojeto para apreciação do Conselho da Justiça Federal. ■

Corip registra distribuição recorde de processos

MAIS DE DOIS MIL PROCESSOS FORAM ENCAMINHADOS, DE UMA VEZ, AOS GABINETES. TRABALHO EXTRA NO FERIADO FOI DETERMINANTE PARA SE CONSEGUIR O FEITO

IVANI MORAIS E RICARDO CASSIANO

A Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (Corip) registrou, no dia 25 de abril, o maior número de processos distribuídos desde a instalação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, em março de 1989. Foram 2.057 processos distribuídos pelo presidente Olindo Menezes, que comemorou o feito. "A distribuição de processos a cada dia faz parte de nossos objetivos, mas aqui foi um esforço extraordinário dos servidores, porque essa distribuição foi de processos originários, que envolvem exame detalhado", afirmou. E arrematou: "estamos superando metas".

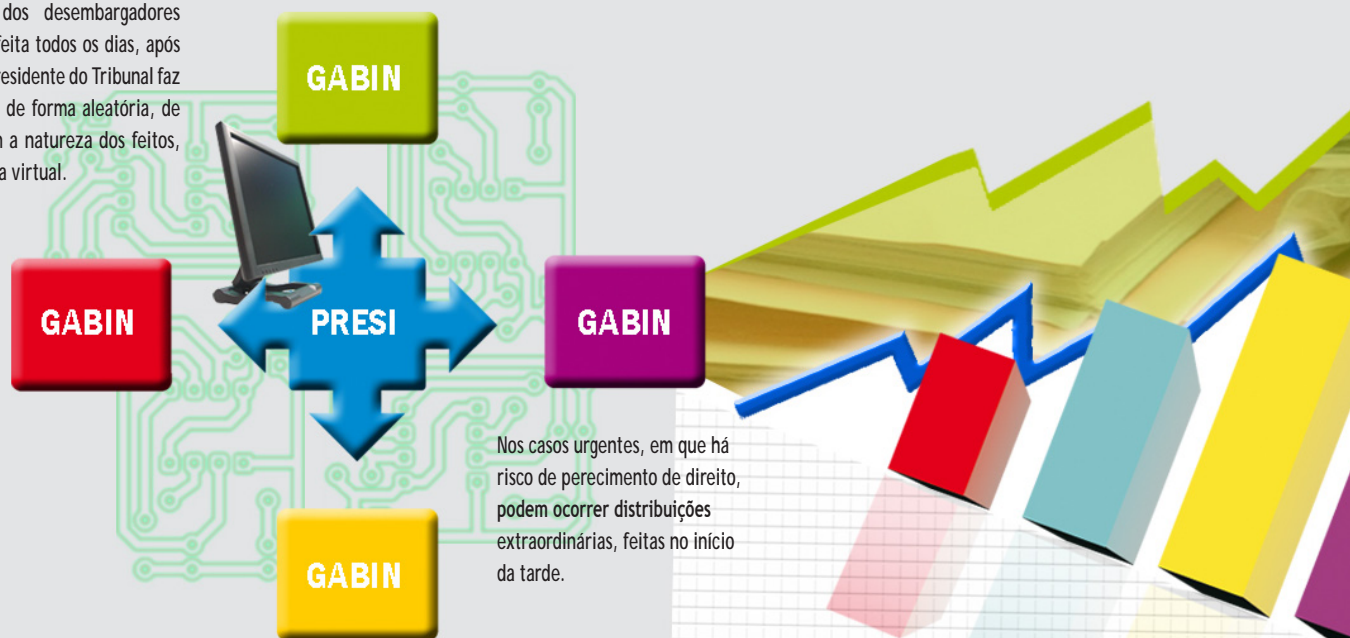
De acordo com a diretora da Corip, Nelsília Lunière de Sousa, o resultado é decorrente da união e do esforço de 11 servidores que integram o setor e de mais 20 servidores bacharéis em Direito oriundos de outros setores

do Tribunal, principalmente de gabinetes, que fazem hora extra na unidade. "Merece ser destacado que, do montante de processos distribuídos hoje, 1.744 são processos físicos e 313, processos digitais", disse Nelsília.

Para chegar a esse número, o grupo trabalhou no feriado de quarta-feira da Semana Santa, quando autuou mais de mil processos em apenas um dia. Somados aos trabalhos do primeiro dia útil após o feriado, chegou-se ao número recorde. Atualmente, a média diária de processos distribuídos pela Corip é de 700 unidades.

Na opinião de Nelsília, o maior beneficiado com essa distribuição é o jurisdicionado, "que fica no aguardo da distribuição de seu processo a um relator para então ser julgado". Ela destaca que "o resultado retrata o compromisso e a dedicação dos servidores que atuam nas ativi-

A distribuição de processos aos gabinetes dos desembargadores federais é feita todos os dias, após as 18h. O presidente do Tribunal faz os repasses de forma aleatória, de acordo com a natureza dos feitos, pelo sistema virtual.



Nos casos urgentes, em que há risco de perecimento de direito, podem ocorrer distribuições extraordinárias, feitas no início da tarde.



dades da distribuição de processos, que envolvem desde a digitalização, nos casos de processos de competência originária do Tribunal, a autuação (serviço técnico de análise, classificação, pesquisa de prevenção) até a distribuição propriamente dita, assim como a busca pela efetividade da prestação jurisdicional”.

Reforço – O apoio de servidores de outras áreas foi solicitado pela Corip devido à grande quantidade de processos pendentes de distribuição. Até o dia 27 de abril, o acervo contava com 7.634 unidades. Pelo ritmo de trabalho, o número deve cair para mil processos até meados de maio. Mas os mais de 20 colaboradores só deixarão a unidade quando a Corip zerar os processos, fazendo a distribuição em até, no máximo, um dia após a chegada do feito. A

previsão é que isso ocorra até o fim de maio.

O TRF da 1.ª Região recebe, diariamente, entre 500 e 550 processos. Cerca de 150 são originários, protocolizados digitalmente, e outros 300 chegam em grau de recurso. Também são cadastradas em média 80 ações advindas de comarcas da Justiça Estadual. São processos de competência delegada a juízes de direito, a maioria de matéria previdenciária, julgados em cidades onde não há unidades da Justiça Federal. ■

AS DEZ MAIORES DISTRIBUIÇÕES DESDE A CRIAÇÃO DO TRIBUNAL:

DATA	PROCESSOS
25/04/2011	2.057
28/07/1998	1.960
10/07/1998	1.676
17/07/1998	1.391
15/01/1998	1.376
12/08/2010	1.304
23/08/2010	1.187
28/01/1998	1.161
9/08/2010	1.056
16/08/2010	1.044

Obs.: Foram consideradas as distribuições manuais, automática, por prevenção e dependência.

Programa de Orientação para Aposentadoria

A PREOCUPAÇÃO DO TRIBUNAL EM ORIENTAR OS FUTUROS APOSENTADOS SOBRE CONDIÇÕES E MEIOS PARA SE TER UMA BOA APOSENTADORIA

RAISSA CAPIBARIBE/IM

O aumento da expectativa de vida da população é, hoje, um fenômeno mundial, o que significa um crescimento mais elevado de idosos em relação aos demais grupos etários. E o Brasil está cada vez mais inserido nesse panorama. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em 2009, os brasileiros estão vivendo mais. O estudo mostra que a expectativa média de vida no país passou de 70 anos, em 1999, para 73,1 anos em 2009, o que representa um aumento de 3,1 anos em uma década.

A principal consequência do aumento da expectativa de vida é o crescimento do número de aposentados. Dados levantados pela Secretaria de Recursos Humanos (Secre) do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região indicam que 11% dos servidores do Tribunal estão acima de 50 anos e aproximadamente 50 pessoas, entre magistrados e servidores, recebem abono de permanência, uma gratificação concedida àqueles que optem por permanecer trabalhando, mesmo tendo cumprido todos os requisitos legais para se aposentar. As estatísticas revelam, ainda, que mais da metade dos servidores estão na faixa entre

41 e 50 anos de idade, levando a crer que o número de servidores em condição de se aposentar tende a dobrar nos próximos anos, considerando que a regra geral para aposentadoria é de 65 anos para homens e 60 para mulheres, sendo necessários, respectivamente, 35 e 30 anos de contribuição.

Foi pensando nessa crescente parcela de trabalhadores que o TRF da 1.ª Região desenvolveu o “Programa de Orientação para Aposentadoria”, por meio da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh/Secre, cuja proposta é preparar essas pessoas para encarar o processo de aposentadoria com mais tranquilidade, segurança e como uma fase promissora.

Frassinete Galvão, coordenadora do Setor de Qualidade de Vida, explica que a ideia do programa surgiu com a criação do “Programa de Qualidade de Vida”, em dezembro de 2000. “Desde aquela época já se pensava em uma ação específica de atendimento aos servidores em processo de aposentadoria. Inicialmente, o “Programa de Orientação para Aposentadoria” foi desenhado focando dois eixos de atuação: um voltado



ABONO DE PERMANÊNCIA

Criado pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, e pago pelo Estado para o servidor que já preencheu todos os requisitos para se aposentar, mas opta por permanecer na ativa, o abono consiste na devolução, mês a mês, dos valores pagos a título de contribuição previdenciária.

O abono foi criado como forma de incentivo à permanência do servidor em atividade, visando neutralizar a contribuição previdenciária de sua remuneração. A concessão do benefício decorre de condições pessoais do servidor a serem aferidas individualmente. Para requerer o abono, o servidor não pode estar aposentado, nem possuir processo de aposentadoria em andamento.

para os aposentados e outro para os aposentandos. Porém, com o surgimento do Grupo Viva Melhor, que direcionou suas ações para os aposentados do Tribunal, o Programa de Orientação focou nas pessoas que estão se preparando para aposentar”, esclarece.

Segundo informações da Secre, a vontade de realizar um programa que tivesse por objetivo um desligamento humanizado, que ajudasse o servidor a buscar um novo projeto de vida após a aposentadoria, sempre foi uma preocupação dos dirigentes do Programa de Qualidade de Vida do TRF 1.ª Região. E essa perspectiva foi retomada nesse ano com a palestra “Vida e Carreira: Um mundo de Possibilidades”, proferida no dia 29 de abril pela especialista em pós-carreira, graduada em Assistência Social pela PUC e vice-presidente da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV), Cecília Shibuya. A primeira turma do Curso de Orientação para Aposentadoria, composta por servidores do TRF e da Seção Judiciária do DF, teve início no dia 13 de maio, seguindo uma sequência de oito encontros temáticos mensais.

O Programa de Orientação para Aposentadoria, que também é parte da política de valorização do servidor, tem como objetivo disponibilizar ferramentas aos servidores em fase de aposentadoria para lidarem com mais facilidade com as crenças, sentimentos e expectativas relacionadas às mudanças inerentes ao processo, oportunizando a construção de projetos de vida voltados para o momento pós-carreira.

O público-alvo está definido de acordo com uma ordem de prioridade. Primeiramente são atendidos os servidores que percebem o abono de permanência; depois, os servidores com 60 anos no mínimo e/ou que atendam aos critérios legais para se aposentar; e, em seguida, os demais interessados, pois quanto mais cedo se prepararem as pessoas para um processo adequado de transição, menores serão as consequências adversas. ■

DICAS DA ESPECIALISTA CECÍLIA SHIBUYA

O que a vice-presidente da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV) indica como formas de os empregadores prepararem os funcionários para o novo ciclo de vida, e os empregados, de usufruir de uma boa aposentadoria:

- Apesar de a palavra “aposentadoria” ainda não ter perdido a conotação negativa, que traz à lembrança o estigma do pija-ma e da improdutividade social, a preparação para esse novo ciclo de vida começa a sair da esfera financeira, representada pelos planos de previdência privada, para abranger a esfera psicoemocional.

- As empresas devem desenvolver ações junto aos funcionários próximos da aposentadoria para despertá-los para a mudança que acontecerá em suas vidas quando a rotina do trabalho não fizer mais parte do cotidiano.

- Deve-se desmistificar essa passagem e propor o resgate dos laços afetivos com a família e com amigos fora do ambiente corporativo, mostrando, também, as possibilidades da nova fase, como um negócio próprio, ou qualquer outra atividade de interesse.

- A preparação para a aposentadoria motiva e fideliza os funcionários, que percebem uma preocupação não só com a produtividade pontual, mas com o bem-estar geral do indivíduo.

- Com o aumento gradativo da expectativa de vida da população, torna-se ainda mais necessário que o período de aposentadoria seja bem planejado.

- O funcionário otimista e saudável, que vive com qualidade, torna-se mais criativo para encontrar soluções. Os otimistas mantêm sua juventude por um período maior e obtêm resultados mais positivos.

- Realizar atividade física, principalmente pela manhã, ajuda a estimular o corpo e a mente.

- Devem ser realizadas atividades aeróbicas (andar de bicicleta, caminhar ou correr), associadas a exercícios musculares e ao alongamento.

- O dia deve ser iniciado com uma alimentação equilibrada para dar mais energia, o que melhora a memória e ajuda a controlar o peso. Assim, não haverá necessidade de suplementos alimentares ou complexos vitamínicos e se evitarão muitos remédios.



De olho nas metas do Judiciário

TRIBUNAL CRIA GRUPO DE GESTORES PARA ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DAS METAS DO CNJ DE 2009 A 2011. PRIMEIRA REUNIÃO OCORREU NO DIA 28 DE ABRIL

RICARDO CASSIANO

Magistrados e dirigentes que integram o recém-criado grupo de gestores das Metas Nacionais do Poder Judiciário fizeram a primeira reunião no dia 28 de abril, no Salão Nobre do Tribunal. A equipe, do próprio TRF da 1.ª Região, discutiu o andamento das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2009 e 2010 e as estratégias para cumprir as metas de 2011. O juiz federal em auxílio à Presidência, Alexandre Franco, e os representantes da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1.ª Região, juízes federais Kátia Balbino Ferreira e César Cintra Fonseca, foram nomeados pela Presidência do Tribunal para coordenar o grupo. Já os dirigentes do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag), da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) e da Secretaria-Geral da Presidência

(Segep) – com o apoio da Assessoria de Representação e Programação Social (Asrep) e da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) – ficaram responsáveis por implantar e acompanhar as cinco metas deste ano.

No início da reunião, a servidora Mariana Gomide Madruga, diretora da Divisão de Projetos Organizacionais e Apoio à Gestão (Diget/Cenag), apresentou o balanço das metas já cumpridas pelo Tribunal. Ela frisou que apenas quatro das 10 metas definidas para 2009 não foram totalmente executadas, e permanecem sendo acompanhadas pelo CNJ. Entre elas está a meta 2, que trata do julgamento de processos antigos, tida como principal no Judiciário. O TRF da 1.ª Região já atingiu a marca de 66% da meta de 2009 – com cerca de 45 mil processos julgados – e 46% da



O juiz federal Alexandre Franco, um dos coordenadores do grupo, conversa com os gestores na primeira reunião

Meta 2 do Judiciário

Das 10 metas do CNJ para 2009, seis foram plenamente executadas no Tribunal. A principal, a Meta 2, que prevê o julgamento das ações protocolizadas até o fim de 2005, está 66% concluída, com 45 mil processos julgados.

Para 2010, a Meta 2 objetiva o julgamento das ações ingressas até dezembro de 2006. O Tribunal já cumpriu 46% dela e deve zerar os processos até o fim deste ano, com o trabalho do Mutirão Judiciário em Dia (ver detalhes na página 46).

CNJ



RAMON PEREIRA

mesma meta, para 2010.

Nesse sentido, a juíza federal Kátia Balbino Ferreira reconheceu o esforço que vem sendo empreendido na Primeira Região. "Essa sempre foi a meta com a qual nos preocupamos mais, inclusive fazendo mutirão, itinerantes, e buscando formas de gestão". A magistrada espera que a meta dois de 2009 seja totalmente atingida até o fim do ano, a despeito dos inúmeros desafios. "Nós temos uma carência de magistrados muito grande; isso (metas) veio em um momento de ampliação da Justiça Federal, de inte-

rriorização, o que gera dificuldades de chamar juízes para novas demandas", disse.

Durante a reunião, os gestores também discutiram as cinco metas do CNJ para 2011, que abrangem a Justiça Federal. Entre elas está a implantação do processo eletrônico judicial, em funcionamento em nove das 14 seções judiciárias da Primeira Região, e o sistema de registro audiovisual de audiências, em fase de testes na seccional de Goiás. Duas iniciativas que podem atender à outra meta, a de criar um programa de esclarecimento ao público sobre as funções do Tribunal, já vêm sendo desempenhadas pela Asrep/Segep. Trata-se do "programa de visitas", destinado a universitários do curso de direito, e do "julgamento simulado", que transforma crianças de escolas públicas em desembargadores federais durante uma seção de julgamento fictícia sobre um crime ambiental, com o objetivo de também trabalhar a consciência ecológica dos alunos.

Eper - A Meta 1 deste ano, que sugere a criação de unidade de gerenciamento de projetos, também está parcialmente implantada no TRF da 1.ª Região. Em funcionamento desde o fim de março, com o apoio do consultor do CNJ, Giovanni Giazzon, o Escritório de Projetos Estratégicos Regional (Eper) terá função essencial no desempenho das atividades do próprio grupo de gestores das metas do Judiciário.

Caberá ao Eper a tarefa de coletar e consolidar as informações relativas ao cumprimento dos objetivos. "Vamos dar esse suporte no sentido de tirar da cabeça dos dirigentes aquilo que eles têm ainda em ideia, conceber de forma metodológica, executar, e atingir resultados que possam impactar no cumprimento das metas", afirmou o supervisor da Seção de Projetos Técnicos (Setec/Diget/Cenag) e responsável pelo Eper, José Roberto Ferretti.

Os gestores das metas foram nomeados pela Portaria Presi/Cenag 165, editada no dia 6 de abril. Eles devem reunir-se pelo menos uma vez por mês. O próximo encontro está marcado para o dia primeiro de junho. ■

Metas Nacionais do Judiciário para 2011

Meta 1 - criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Meta 2 - implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Meta 3 - julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Meta 4 - implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Meta 9 (específica da Justiça Federal) - implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011.

PARA CONFERIR AS 10 METAS DO JUDICIÁRIO
PARA 2009 E 2010, ACESSO O SÍTI DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

WWW.CNJ.JUS.BR/GESTAO-E-PLANEJAMENTO/METAS.

E-Jur: Implantação do PROCESSO DIGITAL da Primeira Região alcança a décima etapa

SEÇÕES JUDICIÁRIAS DO PARÁ E DE MATO GROSSO JÁ OPERAM EM MEIO DIGITAL



CHICO CAMARGO

Com a instalação dos sistemas que compõem o e-Jur na Seção Judiciária do Pará, no dia 29 de abril, a Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região demonstrou o cumprimento rigoroso do cronograma das datas estabelecidas na Resolução Presi/Cenag n.º 20, de 13/08/2010. Antes, ainda no início do mês de abril, mais precisamente no dia 8, a Seção Judiciária de Mato Grosso também começou a operar com sucesso os *softwares* do Processo Digital.

Com a implantação na seccional do Pará, a Secretaria de Tecnologia da Informação completou a décima etapa entre as dezesseis previstas.

Conforme relatório emitido pela Secin, seus técnicos, ao chegarem às seccionais, iniciam os procedimentos de implantação do e-Jur com uma explanação ao diretor do foro, magistrados e servidores das varas, sobre as funcionalidades e modos de operação dos diversos módulos que integram o Processo Digital. Em seguida, os técnicos – sempre acompanhados de perto pelos servidores das

varas, para que conheçam e dominem os procedimentos – instalam os *softwares* e configuram os computadores para possibilitar a tramitação dos processos em ambiente digital. Por fim, é dado treinamento operacional a todos os funcionários envolvidos com o novo método de tramitação processual.

No mês de maio, estão previstas implantações do processo digital nas seções judiciárias do Amazonas, no dia 13, e Roraima, no dia 27.

O sistema e-Jur já está instalado no TRF, nas seções judiciárias do Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Maranhão, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Pará, e na Subseção de Uberlândia/MG.

Permitida consulta e juntada de documentos aos processos eletrônicos no âmbito da Primeira Região

A Presidência do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região baixou a Resolução Presi/Cenag 3, de 7 de abril de 2011, alterando o artigo 3.º da Resolução/Presi 600-26,

de 7 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o acesso às peças digitais da consulta processual e o recebimento de petição por meio eletrônico.

O que motivou a alteração foi a necessidade de ampliar o rol de usuários do e-Proc, módulo integrante do e-Jur, para inclusão do perfil de usuário magistrado da Primeira Região, habilitado a realizar consultas a todas as peças processuais e juntar documentos aos processos, bem como a prestar informações, de forma eletrônica, em agravos e mandados de segurança digitais.

Conforme a Circular Presi/Cenag 62, de 13 de abril de 2011, que deu conhecimento das alterações aos desem-

bargadores federais da 1.ª Região, para maior segurança do processo digital, será utilizada rotina no sistema e-Proc de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada.

Ainda segundo a circular, a Resolução visa promover a otimização do sistema de transmissão eletrônica de processos judiciais e permitir que as informações nos processos digitais sejam prestadas sem o envio de papel.

O e-Jur é uma adaptação dos sistemas processuais judiciais existentes, que possibilita a gestão de documentos e processos de 1.º e 2.º grau no formato digital, em concomitância com os processos já cadastrados. ■



É a virtualização do processo judicial. As novas ações e os feitos que chegarem ao Tribunal em grau de recurso somente serão processados em meio digital, sem o uso de papéis. Dessa forma, todas as peças processuais (petições, certidões, despachos, etc.) serão digitalizadas para visualização em computador.

MÓDULOS DO E-JUR

- **e-Proc** – peticionamento eletrônico e consulta processual na internet
É o Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais da Justiça Federal da Primeira Região. Tem por finalidade permitir aos advogados e demais utilizadores, todos devidamente credenciados, encaminharem petições à Justiça Federal da Primeira Região pela internet.
- **e-Assinador** – assinatura digital
- **e-Digitalizador** – digitalização de documentos
- **GDoc e GPDoc** – gerador de documentos eletrônicos
- **RED** – repositório eletrônico de documentos
- **GPD** – gerenciador de processos e documentos digitais
- **Processual e Juris** – Sistema Processual de 1.º e 2.º Grau

VANTAGENS DO PROCESSO DIGITAL

- Comodidade para partes, advogados e procuradores com a consulta processual e o peticionamento eletrônico na internet
- Facilidade de acesso às informações processuais
- Maior celeridade na tramitação processual
- Agilidade nas manifestações
- Redução do uso de papel
- Agregação de novas tecnologias

Mais informações

<http://www.trf1.jus.br/Processos/ProcessoDigital/index.htm>

Montes Claros conta com mais uma vara da Justiça Federal

A 2.ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MONTES CLAROS TERÁ COMPETÊNCIA GERAL E DE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL ADJUNTO, CÍVEL E CRIMINAL

IVANI MORAIS

O Estado de Minas Gerais foi contemplado com mais uma vara federal, desta vez em Montes Claros, uma das cinco maiores cidades mineiras, com quase 400 mil habitantes, que já podem comemorar, juntamente com a população de mais 98 municípios jurisdicionados, a instalação da 2.ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros, inaugurada no dia 29 de abril pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, acompanhado do diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Itelmar Raydan Evangelista, e do diretor da Subseção Judiciária de Montes Claros, juiz federal Carlos Henrique Borlido Haddad. Prestigiaram a solenidade, entre diversas autoridades, o corregedor regional da Justiça Federal da Primeira Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, e o desembargador federal Luciano Tolentino Amaral.

Desde outubro de 2005, quando foi instalada, a Subseção de Montes Claros funcionou como vara única, tendo

movimentado grande volume de feitos. Dos cerca de 46 mil processos distribuídos desde que começou a funcionar, 27 mil já foram julgados, restando, ainda, um acervo de cerca de 19 mil processos, que serão divididos entre as duas varas que agora compõem a estrutura da Subseção Judiciária. Na opinião do presidente Olindo Menezes, os números continuam a desafiar a capacidade de trabalho dos magistrados. “Os desafios da Subseção Judiciária de Montes Claros, mesmo com mais uma unidade judiciária federal, ainda são grandiosos, diria mesmo incomensuráveis, haja vista sua gigantesca área de jurisdição e o grande volume de feitos”, avaliou.

Segundo Olindo Menezes, a tarefa do julgador é sempre desafiadora. “Exige-se sempre do magistrado moderno, além dos pressupostos do conhecimento técnico e do apuro ético, uma aguda sensibilidade social e política”, afirmou o presidente, chamando atenção para os primeiros passos do processo de interiorização, que, segundo ele, implicam

RAMON PEREIRA





responsabilidade pela construção e consolidação de um novo modelo de administração da Justiça. “A nova vara traz ao magistrado e aos servidores grandes desafios, que – não tenho dúvidas – serão vencidos, de modo a consolidar-se mais ainda o funcionamento da Justiça Federal na região, como fator de cidadania, de civilização, de liberdade e de valores republicanos em geral”, afirmou.

O presidente comemorou a instalação da segunda vara federal lembrando ser esta também a segunda vara a ser instalada em 2011, das 19 previstas para a Primeira Região neste ano. Ele anunciou que nos próximos meses serão instaladas duas novas varas em Contagem, uma em Ipatinga, uma em Manhuaçu e uma em Muriaé, “num crescimento significativo da interiorização da Justiça Federal comum no estado de Minas Gerais”, disse.

Aos novos servidores, empossados e removidos de outras seccionais, Olindo Menezes falou da nobre missão

de servir na Justiça Federal. “É missão deles, com espírito público e conscientes das suas nobres tarefas, cerrar fileiras em torno dos magistrados e não poupar esforços para vencer as primeiras dificuldades e, aos poucos, dar passos adiante na prestação de serviços à comunidade em nível de excelência, sem nunca esquecer, em cada dia e em cada tarefa realizada, que a razão de tudo é sempre o jurisdicionado, ao qual devemos servir bem”.

O diretor do foro da SJMG, Itelmar Evangelista, considera a instalação da 2.ª Vara Federal “mais um passo na expansão da Justiça Federal de Primeiro Grau no estado e um passo maior ainda na construção do Estado Democrático de Direito”. Para ele, o feito “representa para a Justiça Federal da Primeira Região a reafirmação de seu necessário crescimento, sempre pautado na eficiência e eficácia, com vistas ao cumprimento de seu compromisso constitucional, que é o exercício da pacificação social, realizado através da prestação jurisdicional”.

Itelmar Evangelista destacou o fato de o Poder Judiciário estar atuando em diversas frentes, política e administrativa, abrindo caminhos para alcançar sua visão de futuro, que é ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

Dentro dessa nova perspectiva em que o Judiciário se organiza estrategicamente, determinando programas e metas, o diretor da Subseção Judiciária de Montes Claros, Carlos Haddad, em seu discurso, anunciou uma meta ambiciosa para o grupo de magistrados que lá atuam e seus servidores: fazer de Montes Claros um exemplo nacional de subseção judiciária. “Até o fim do ano não quero mais julgar mandados de segurança ajuizados em 2008, não quero conceder pensões por morte de 2005, não quero que pessoas que se submetem a perícias médicas demorem

Descerramento
da placa de
inauguração da
2ª Vara



Autoridades e os novos
servidores minutos após
a posse

dois anos para ter o seu dia no tribunal". Contando com a colaboração dos novos servidores e o empenho dos colegas juízes, afirmou: "A população de Montes Claros merece uma justiça eficiente, uma justiça que trate os processos com celeridade, porque é o papel da Justiça."

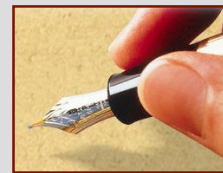
Para Haddad, o Poder Judiciário não pode ser causa de aflições, ao contrário: "ele tem que ser a solução para as aflições. Não é possível que o Judiciário não cumpra um papel que aqueles que pagam impostos merecem", alertou. Para mudar esse cenário "não muito animador", o magistrado conta com a equipe de magistrados e servidores. "Temos uma boa equipe, novos servidores tomaram posse hoje, todos engajados – espero – com a causa da Justiça (...) e juízes extremamente dedicados, empenhados e dispostos a mudar o cenário que encontrarão".

Para concluir providências de ordem material, tecnológica e operacional, a 2.ª Vara, que terá competência geral e juizado especial adjunto, cível e criminal, teve o expediente suspenso até o dia 12 de maio, atuando apenas nos casos de urgência, sob o comando do juiz federal Ivanir César Ireno Júnior.

O titular da Vara destacou a boa estrutura da Subseção Judiciária de Montes Claros e falou da equipe que estará à

frente dos trabalhos da nova unidade. "Nós estamos chegando com uma equipe nova de servidores, alguns removidos, ou seja, já com experiência, outros, servidores concursados, 'sangue novo', um material humano bem treinado, e isso é muito importante porque a gente vai receber uma carga de processos muito grande". Ivanir César reafirmou as palavras do diretor da Subseção, quanto às perspectivas de trabalho até o final do ano. "Nós temos certeza de que junto com o Dr. Carlos e o Dr. João, e com essa estrutura toda que nos foi dada, vamos desenvolver um bom trabalho e conseguir imprimir celeridade ao andamento dos processos de Montes Claros e fazer dessa uma subseção de excelência no serviço prestado".

Participaram do evento, ainda, os juízes federais em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, e à Corregedoria, César Fonseca, os juízes federais da seccional mineira, Maria Edna Veloso e Pedro Pimenta, o juiz federal substituto da 1.ª Vara de Montes Claros, João Miguel Coelho dos Anjos, e o diretor-geral do TRF, Felipe dos Santos Jacinto, o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, a diretora da Secad/SJMG, Márcia Dias Pereira, além de diversas autoridades dos três poderes locais e do cenário jurídico e político nacional e regional. ■



ECO

▼ MÁRCIA MURÇA BARROSO

Quem pensa que a Linguística nada tem a ver com a Física está equivocado. Muitas das definições desta construíram as definições daquela por meio de termos como “construção”, “coesão”, “som”, “colisão”, “fusão”, “período”, “reflexão”. Na Física a Linguística também buscou elementos para expor um problema que surge com muita frequência durante a elaboração de um texto: o eco.

Definido naquela esfera como fenômeno que ocorre devido à reflexão de uma onda acústica por um obstáculo, na Linguística o eco é simplesmente a repetição de um grupo de fonemas que soa como tal. O efeito é tão ruim que ele é capaz de desviar a atenção do leitor ou emprestar um ar cômico ao texto, graças ao fato de lembrar uma rima em ocasião em que ela não é bem-vinda.

Por isso o redator sempre se deve esforçar para eliminar o eco, invertendo palavras, substituindo vocábulos ou, ainda, reestruturando o período. O importante é livrar-se do efeito, que pode não ser ocasionado propriamente pela repetição, mas pela posição dela no texto, não havendo necessidade de retirá-la.

No contexto “Explicou o magistrado que o valor foi arbitrado”, por exemplo, pode-se obter significativa redução ou desaparecimento do eco só com a inversão de alguns vocábulos, como aqueles que aparecem no final do período, em que o tom é mais alto. O efeito é “Explicou o magistrado que foi arbitrado o valor”. Também se poderiam inverter concomitantemente os primeiros elementos da construção, embora o resultado possa ser menos eficaz, devido à igualdade de intensidade dos sons repetidos: “O magistrado explicou que

foi arbitrado o valor”.

Sempre se deve lembrar, portanto, que, sendo o eco uma ocorrência sonora, assim como a entonação, em que os vocábulos ganham menos ou mais intensidade, dependendo de sua localização, a disposição deles na sentença pode corrigir o problema, com a diminuição da intensidade dos fonemas repetidos. O recurso proporciona tranquilidade na elaboração de um texto, pois com ele surge a consciência de que é possível evitar que a tentativa de eliminação dos efeitos do eco pela substituição de vocábulos atrapalhe a construção pretendida para expressar da maneira mais precisa as ideias.

Assim como o da Física, o eco da Linguística pode ser múltiplo. Isso ocorre quando a repetição do som se dá várias vezes. A consequência é ainda mais prejudicial. A frase “Explicou o magistrado que o valor arbitrado foi acompanhado de uma análise das circunstâncias do caso” é um bom exemplo. Percebe-se, ao lê-la, que nossa atenção se volta apenas para a repetição recorrente de um grupo de fonemas, ocasionando o apagamento de todo conteúdo. É uma das ocorrências linguísticas mais temidas pelo redator. A eliminação do eco só pela modificação da posição das palavras é praticamente impossível, exigindo-se lançar mão dos demais recursos.

Nem sempre conseguiremos evitar o eco facilmente, mas, com o passar do tempo, todo o processo que envolve a requerida diligência textual torna-se quase espontâneo, ficando o texto ainda mais interessante. Por enquanto, é bom que sempre se revejam as construções efetuadas, com atenção redobrada a tais ocorrências. ■

Mutirão Judiciário em Dia: mais de cinco mil processos julgados

COM DESAFIOS PONTUAIS DE ESTRUTURA E LOGÍSTICA,
MAGISTRADOS SUPERAM A MARCA DE 10% DAS AÇÕES QUE
DEVERÃO SER JULGADAS ATÉ O INÍCIO DE AGOSTO



RICARDO CASSIANO

A segunda reunião de avaliação do Mutirão Judiciário em Dia reuniu dezenas de magistrados no Salão Nobre do Tribunal, no dia 12 de abril. Os juízes federais que integram as sete turmas suplementares criadas para o mutirão discutiram questões administrativas e operacionais, e comemoraram a marca de cinco mil processos, atingida no início do mês. O encontro também teve a participação do presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, das desembargadoras federais Selene Almeida e Neuza Alves, do coordenador do mutirão no TRF/1.^ª, juiz federal Saulo Casali, do diretor-geral, Felipe dos Santos Jacinto, do diretor

da Secretaria Judiciária (Secju), Ricardo Tomaz, e do juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Erivaldo Ribeiro dos Santos, além do juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco.

No fim de março, o juiz Saulo Casali já projetava a marca de cinco mil processos para os primeiros 60 dias de funcionamento do "Judiciário em Dia", iniciado no dia 7 de fevereiro. "Era uma meta que nós tínhamos e atingimos, e esse número deve aumentar proporcionalmente daqui para adiante", afirmou. A perspectiva de crescimento na produtividade baseia-se nos ajustes ocorridos nas semanas

que antecederam a reunião. O magistrado destacou os vários problemas enfrentados, entre eles a falta de espaço para guardar os processos, a triagem e o transporte dos feitos, a seleção e treinamento de servidores e estagiários e a remessa eletrônica dos votos. “Tudo isso demandou intensa atividade de vários setores do Tribunal, e muitos acertos precisaram ser feitos com o mutirão já em funcionamento”.

Em uma das frentes para garantir mais espaço para armazenar os processos, a Secju conseguiu cinco salas, de 20m², no subsolo do Ed. Dona Marta, onde cinco juízes podem fazer a última triagem antes de submeter os feitos a julgamento. Outra sala, na Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), também foi disponibilizada para três juízes. O mutirão também usa, desde o início dos trabalhos, um espaço de apoio emprestado, no Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe).

Diante dos entraves e dos resultados alcançados até agora, o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça parabenizou todos os envolvidos no mutirão. “As nossas metas iniciais estão sendo cumpridas com bastante responsabilidade pelos juízes, servidores, estagiários, pela Direção do Tribunal, e isso é muito satisfatório de presenciar”, disse Erivaldo dos Santos. O presidente Olindo Menezes também agradeceu a toda a equipe e frisou a importância, para o jurisdicionado, das cinco mil ações julgadas. “Teoricamente, nós estabilizamos cinco mil situações sociais ligadas a esses

processos, porque o processo é um monte de papel, mas ele tem, por trás, rostos humanos”, observou.

Após a reunião, os juízes e desembargadores confraternizaram com os servidores e estagiários cedidos às turmas. O término dos trabalhos do “Judiciário em Dia” está previsto para 7 de agosto, quando o mutirão completa seis meses. É esperado o julgamento total de quase 52 mil processos ajuizados na Justiça Federal da 1.ª Região até o fim de 2006. Os resultados parciais, referentes à produtividade total e por juiz, estão sendo atualizados semanalmente no sítio do Tribunal, no banner do mutirão, disponível na página principal. No próprio leiaute do banner é apresentado o indicador da quantidade de processos julgados, o chamado “processômetro”. ■

O objetivo do Mutirão Judiciário em Dia é cumprir a Meta 2 do Poder Judiciário para 2009 e 2010, estipulada pelo CNJ, que prevê o julgamento das ações ingressadas no Tribunal até o fim de 2005 e 2006, respectivamente. Cinquenta e dois mil processos foram selecionados.

Acesse a página do mutirão, na internet, e confira:

- Notícias
- Documentos normativos
- Composição das turmas suplementares
- Cronograma de sessões de julgamento
- Estatística
- Quadro de Pessoal

www.trf1.jus.br (banner do mutirão, na página principal)

BAHIA

Bahia encerra mutirão de conciliação do SFH com quase 300 acordos efetivados

SECO/SIBA



No dia 14 de abril foi encerrado o Mutirão de Conciliação em processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) na Seção Judiciária da Bahia. O estado foi o primeiro a realizar a força-tarefa resultante de uma parceria entre a Corregedoria Nacional de Justiça, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e a Justiça Federal. A solenidade foi presidida pela corregedora nacional de justiça, ministra Eliana Calmon. Também compuseram a mesa solene de trabalhos o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Francisco Falcão, o coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca – representando o presidente do Tribunal –, a diretora do foro da SJBA, juíza federal Cynthia de Araújo Lopes, a coordenadora do mutirão na Bahia, juíza federal Ana Carolina Fernandes, o diretor da EMGEA, Eugen Smarandescu, e a defensora-chefe da Defensoria Pública da União na Bahia, Juliana Bastos Nogueira.

Na ocasião, a corregedora Eliana Calmon declarou-se exultante com os resultados do projeto e parabenizou todas as partes que trabalharam no mutirão, lembrando que, em um mês de trabalho, foram efetuados quase 300 acordos. O coordenador Reynaldo Fonseca afirmou que desde 2006 o Tribunal vem trabalhando com vista à conciliação. Parabenizou todos os magistrados, citando-os nominalmente, e declarou que eles cumpriram aquilo que a poetisa chilena Gabriela Mistral, Nobel de Literatura de 1945, disse: “Onde houver uma árvore para plantar, planta-a tu. Onde houver um erro para emendar, emenda-o tu. Onde houver um esforço de que todos fogem, fá-lo tu. Sê tu aquele que afasta as pedras do caminho”.

MINAS GERAIS

JEF itinerante de Peçanha julga mais de 1.700 ações

SECO/SING



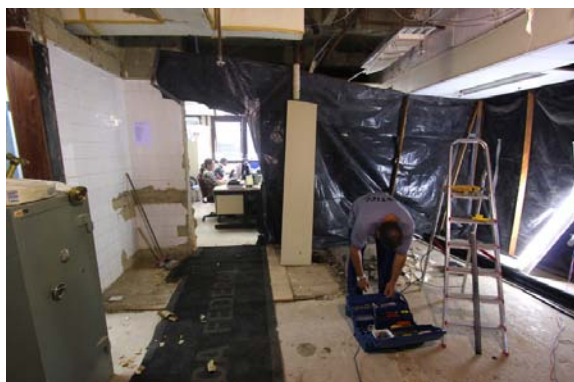
A Seção Judiciária de Minas Gerais – por meio da Coordenação dos Juizados Especiais Federais, representada pelo juiz federal coordenador Murilo Fernandes de Almeida – concluiu, no período de 4 a 9 de abril, o Juizado Especial Federal itinerante na cidade de Peçanha, com jurisdição sobre mais 21 municípios vizinhos, na região nordeste de Minas Gerais.

Uma antiga escola municipal da cidade de Peçanha foi adaptada de maneira a comportar um setor de triagem e apoio, um setor de perícias médicas e sete salas de audiências. Ao todo, foram instruídas e julgadas 1.792 ações judiciais, que tinham por objeto prestações de natureza previdenciária e assistencial, em sua grande maioria propostas por trabalhadores rurais. Com uma média de 43 audiências diárias por juiz, foram ouvidas, entre partes e testemunhas, cerca de 2.800 pessoas.

O JEF contou com a força-tarefa de sete juízes federais e 15 servidores da Justiça Federal, três médicos peritos na especialidade de psiquiatria, ortopedia e clínica geral, e com diversos outros servidores, estaduais e municipais, que tiveram participação voluntária.

DISTRITO FEDERAL

Seccional moderniza ambientes



A direção do foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, administrada pela juíza federal Daniele Maranhão Costa, com os olhos voltados às adequações necessárias ao mundo contemporâneo, efetua obras para tornar suas unidades mais acessíveis e confortáveis, gerando melhoria nas condições de trabalho, o que se converte em melhor prestação jurisdicional.

Com cinco unidades – no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2 (Sede I e Anexo), Quadra 4 (Sede II), na 510 Norte (Cabo Frio) e no Setor de Garagens e Oficinas Norte (SGON) – a SJDF realizou, em abril, duas obras que merecem destaque: melhorias nas instalações físicas do Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial, coordenado por Paola Karina de Barrón Sales, que funciona no subsolo do Anexo – e instalação de grupo gerador no edifício da 510 Norte, onde existem varas especializadas em Direito Penal, de Execução Fiscal, do Juizado Especial Federal, além de áreas da Administração da SJDF e do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

O Núcleo de Administração de Serviços Gerais, dirigido por Cléber Belluco, ressalta a importância do grupo gerador naquela unidade da 510 Norte, que abriga, entre outros trabalhos, os dos Juizados Especiais Federais do DF, sob coordenação do juiz federal Rui Costa Gonçalves, e por onde passam cerca de mil pessoas por dia, na sua maioria, idosos, gestantes, crianças, pessoas com deficiência.

Esclarece o diretor do Nuasg/DF que o grupo gerador tem como objetivo “manter equipamentos essenciais em funcionamento, tais como elevadores, iluminação de emergência, sistemas de bombas hidráulicas e computadores, mas com interrupção de funcionamento em caso de muitas horas sem energia”, deixando evidente que com o grupo gerador há tempo suficiente para contornar a situação emergencial.

RONDÔNIA

Comitê de Saúde do CNJ /RO reuniu-se na Justiça Federal



Aconteceu no dia 11 de abril, na sala de reunião da diretoria do foro da Seção Judiciária de Rondônia, o encontro dos membros do Comitê de Saúde do Conselho Nacional de Justiça, seccional de Rondônia, para tratar do calendário de reuniões periódicas, do encaminhamento de relatório ao CNJ e da preparação do futuro fórum nacional.

O monitoramento das ações judiciais que envolvem demandas sociais ligadas aos serviços de saúde foi também ponto da pauta nessa reunião. Essa preocupação se deve ao fato de ter havido um crescimento dos pedidos judiciais relativos a interações, ao acesso a medicamentos e realização de cirurgias em hospitais públicos do estado. Um dos grandes objetivos do encontro na Justiça Federal é levantar proposições concretas para resolver esse tipo de conflito.

Além do juiz federal da seccional de Rondônia, Herculano Martins Nacif, participaram do encontro representantes de diversos órgãos do Poder Judiciário.



PERÍCIAS NO JEF/ACRE: PROJETO PERÍCIA NA ORDEM DO DIA

O acesso à justiça é um dos maiores desafios do Judiciário. A questão é muito sensível nos Juizados Especiais Federais (JEFs).

Na Amazônia, as longas distâncias e as dificuldades de transporte e comunicação são desafios adicionais.

Verificadas diversas dificuldades, passou-se a promover, desde 2007, no JEF/Acre, uma série de medidas visando: a) facilitar o acesso à justiça; b) reduzir custos; c) desburocratizar procedimentos; d) tornar céleres os feitos.

Muitos dos feitos que tramitam no JEF/Acre são de cunho assistencial ou previdenciário e demandam perícias médicas. A maioria dos autores reside no meio rural.

Para chegar a Rio Branco/AC, onde está a sede do JEF, muitos jurisdicionados viajam durante vários dias. No período das chuvas, as estradas de terra são intransitáveis e, no período da seca, vários rios não são navegáveis, tornando o acesso ainda mais difícil.

Até 2007, as perícias médicas no JEF/Acre eram realizadas em consultórios médicos ou hospitais públicos, distantes da sede da seccional, o que aumentava os custos para os autores e dilatava o tempo de duração dos feitos.

Para designar uma perícia médica eram necessários cinco atos processuais: a) despacho do juiz nomeando o perito; b) intimação do perito; c) comunicação do perito à secretaria da vara acerca da data da perícia; d) intimação da parte autora; e) intimação do INSS.

A prática contribuía para a morosidade dos feitos. A perícia era realizada muito tempo depois do ajuizamento da ação.

Quando se conseguia manter contato com o autor, que

residia em algum seringal, a data designada pelo perito já havia passado, e todo o procedimento retornava ao início, estabelecendo um ciclo improdutivo.

Instituiu-se uma nova sistemática para realização das perícias médicas. No dia 18 de maio de 2007, foi editada a Portaria n.º 05/2007, mediante a qual foram delegados atos aos servidores do JEF/Acre.

Foi criado um cadastro de médicos interessados em realizar perícias no edifício da Seção Judiciária, em horários acordados com a secretaria da vara. Os médicos concordaram em proceder à perícia independentemente de intimação. Médicos de diferentes especialidades, em sistema de revezamento, passaram a realizar perícias numa sala reservada, localizada no edifício da Seção Judiciária.

As perícias médicas passaram a ocorrer imediatamente após a atermação. O autor é encaminhado a uma sala para submissão à perícia ou sai intimado da data de sua realização, quando ausente médico da especialidade exigida.

As perícias médicas, que demoravam em torno de um ano para ser efetuadas, passaram a ser feitas imediatamente, sendo abolidos diversos atos procedimentais.

O INSS disponibilizou quesitos padronizados. Os quesitos do INSS e do juízo são encaminhados ao perito, independentemente de intimação.

Os médicos têm o prazo de cinco dias para entrega do laudo. Os honorários são pagos segundo limites previstos em resolução do CJF.

Dois aspectos são cruciais para funcionamento da sistemática: controle da pauta de perícias pelo Judiciário e abolição/delegação de atos do juiz.

O horário previamente estabelecido permite ao mé-

dico planejar suas atividades, não sendo a perícia um elemento desorganizador de seu trabalho.

Para o INSS, a antecipação da perícia proporciona a possibilidade de contestação com o resultado do exame nos autos, favorecendo a análise de proposta de acordo.

A concordância do réu com a sistemática adotada evita qualquer discussão acerca da legalidade da antecipação da prova. De qualquer sorte, haveria a possibilidade de utilização do espírito do artigo 427 do CPC. Se o juiz pode dispensar a realização da prova, também seria possível realizá-la antes da citação.

A delegação de atos não implica a delegação da nomeação do perito, o que seria vedado. Delega-se somente a seleção dos peritos, segundo relação existente na secretaria.

Os quesitos do juízo e do INSS são padronizados e se encontram na secretaria. Não há ato formal de encaminhamento dos quesitos ao perito.

O autor somente se dirige à Justiça Federal uma vez, promovendo atermção do pedido e se submetendo à perícia.

O Projeto Perícia na ordem do dia compõe um contexto mais amplo de simplificação de atos. Foram também delegados aos servidores outros atos, segundo padronização estabelecida, de sorte que o juiz somente pratique atos imprescindíveis.

A diminuição do tempo de tramitação dos feitos reduziu o número de processos da vara e aumentou o número de sentenças.

Houve uma redução de 9.000 para 3.100 processos na vara, entre novembro de 2006 e dezembro de 2008,

mesmo com aumento de cerca de 60% na distribuição. Não houve custo financeiro adicional e se operou maior comodidade ao jurisdicionado.

A nova sistemática permitiu que todo o procedimento se desse mediante apenas um terço dos atos praticados e demandasse só 10% do tempo de tramitação de feito semelhante, quando adotada a sistemática tradicional.ⁱ

O projeto Perícia na Ordem do Dia recebeu menção honrosa do prêmio Innovare 2008 e o Prêmio Guarany da 9.ª Mostra de Trabalhos da Qualidade do Judiciário 2009, como a melhor prática judiciária do ano. O projeto, ainda, contribuiu para que a vara ficasse em 3.º lugar no Prêmio Nacional de Estatísticas do CNJ, em fevereiro de 2010, sendo o único órgão jurisdicional de 1.ª instância do Brasil a receber o prêmio.

A Coordenação dos Juizados Especiais Federais do TRF/ 1.ª Região sugeriu a adoção da Perícia na Ordem do dia. O CNJ também recomendou a adoção da sistemática em todo o Brasil. O projeto foi inscrito no Banco de Soluções de Qualidade do Judiciário –JusQualitas.

A adoção de uma sistemática simplificada, com abolição/delegação de atos e controle da pauta de perícias pelo Judiciário, produziu resultados palpáveis no acesso e na distribuição de justiça.

O sucesso se deu em razão da crença na simplicidade e na coragem de enfrentar, ao mesmo tempo, as dificuldades e o novo, cuja amalgamação cotidianamente nos conduz à inação. ■

*Juiz federal titular da 2.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Acre. Foi titular da 4.ª Vara Federal da Seção Judiciária (JEF) no período compreendido entre novembro de 2006 e fevereiro de 2010.

ⁱ Resultado da comparação entre os feitos 2004.30.00.900472-8 e 2008.30.00.900670-9. Resultados semelhantes podem ser verificados comparando-se outros feitos, como os autos 2004.30.00.900472-8, 2005.30.00.911950-8, 2006.30.00.900050-5, em relação aos feitos que tramitaram após a implementação da nova sistemática, como os feitos 2007.30.00.906019-5, 2008.30.00.900670-9 e 2009.30.00.900905-7.



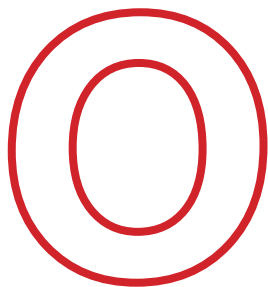
De navio à Itália

Viajar de navio é uma excelente forma de conhecer outros países. Afirmo também que é ótimo para fazer compras com uma relação de custo benefício muito boa. Nesta edição de Por aí..., convido você para embarcar em um navio rumo à Itália e, se possível, vivenciar por meio da leitura a experiência que vivi.

▼ EUVALDO SOARES DE PINHO*



Shows a bordo



Imediatamente após ter conseguido o tempo necessário para fazer a viagem de navio com duração de 16 dias e ficar mais uns dias na Europa, montei um pacote e zarpei de Salvador com minha esposa e mais um casal de amigos "marinheiros de primeira viagem". Nosso objetivo: curtir uma travessia oceânica a bordo de um navio até a Itália.

O transatlântico Costa Vitória é um navio de oito andares e mais parece uma cidade flutuante. No nível superior ficam as piscinas e alguns restaurantes. Para baixo temos as cabines e demais atrações, tais

como cassinos, boates, academias de ginástica, lojas, etc. Para aqueles que são mais propensos a enjoo, a dica que dou como "velho lobo do mar" é que escolham uma cabine mais ao centro do navio e bem próxima ao nível do mar.

Antes do café da manhã, nos exercitávamos no *deck* específico para caminhadas, seguidas de alguns exercícios na academia. Após uma deliciosa refeição matinal, íamos para a piscina onde acontecem as animações de bordo pelas manhãs: aulas de dança, concursos, gincanas, jogos, palestras, etc. Detalhe: o "staff" do navio é tão atencioso que todas as noites coloca nas cabines um jornalzinho com a programação do dia seguinte no idioma de cada passageiro, desde os entretenimentos a bordo até os externos, quando



Como resistir



No teatro



Alimentação saudável



Tentando a sorte no cassino



À noite, traje formal



Porto de desembarque



Arquitetura italiana

nos portos. Não há tempo para sentir tédio. O dia é repleto de atividades variadas e agrada a todos os gostos.

A noite a bordo de um navio daquele porte é essencialmente glamourosa. O ponto de encontro sempre se fazia no piano bar, enquanto aguardávamos o casal de amigos.

É uma tarefa árdua escolher quais as melhores opções para o jantar e para se divertir logo depois. O momento do jantar é regado a requinte. O traje a ser usado deve ser social. No horário da refeição programada para os passageiros, em alguns restaurantes eram feitos jantares temáticos para atender a preferência gastronômica de cada um. No nosso caso, escolhíamos preferencialmente peixe e frutos do mar. Assistir a um show ou filme era apenas uma das opções oferecidas antes de irmos a alguma festa à fantasia, de gala ou a uma das boates. O cassino somente frequentávamos com a definição de uma quantia a ser usada para a diversão, senão... merece destaque o baile do Comandante,

um dos momentos mais marcantes e elegantes, durante a travessia.

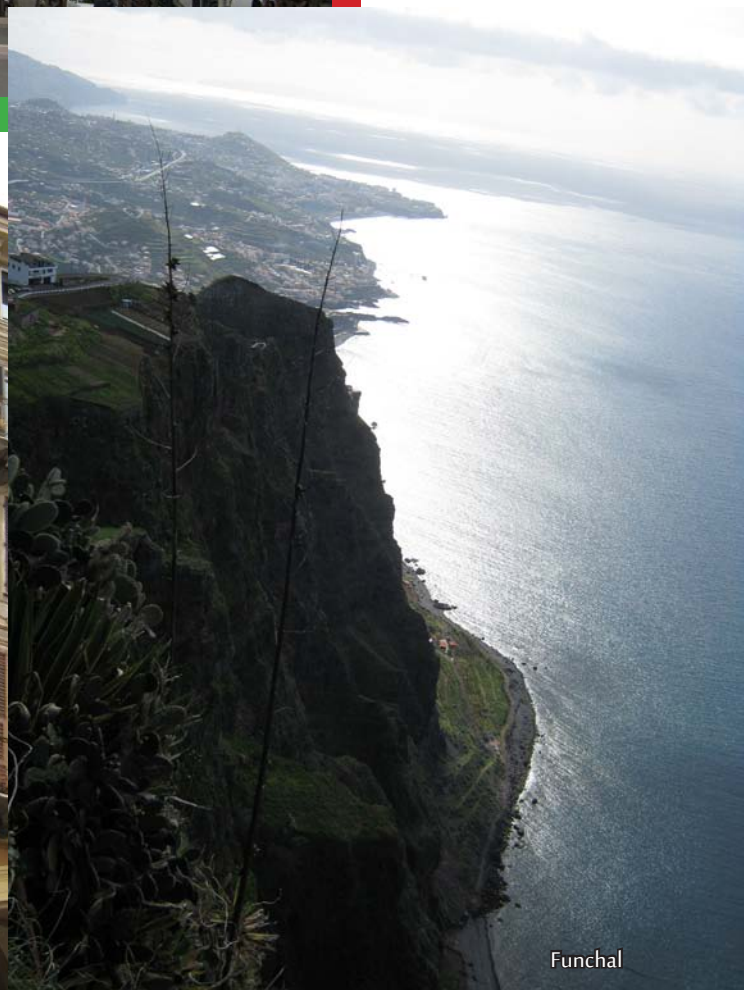
Terra à vista – Nossa primeira parada após a travessia do oceano Atlântico foi a ilha de Santa Cruz de Tenerife – Centro Administrativo das Ilhas Canárias ocidentais. Por ser porto livre, é isenta da cobrança de taxas e impostos. Os preços realmente ficam muito atraentes. Eis o momento ideal para fazer compras. Funchal, na encantadora Ilha da Madeira, foi a segunda parada. Como bom baiano que sou, lembrei-me de Salvador, pois lá também tem a cidade alta e a cidade baixa com suas ladeiras íngremes e estreitas. Sendo que na Bahia temos o famoso elevador Lacerda e lá, um charmoso teleférico de onde podemos ver toda a beleza da cidade. Recordei-me da minha infância, pois existe uma atração turística imperdível por lá: em uma determinada ladeira há carrinhos de rolimã gigantes para dois ou três passageiros, além do piloto, para alugar. Neles descemos ladeira abaixo



Ilha de Tenerife



Málaga



Funchal

numa emocionante e imperdível “brincadeira de criança”. Após mais dois dias de navegação, adentramos o mar mediterrâneo pelo estreito de Gibraltar, aportando em Cadiz, na Espanha. Cadiz é a cidade mais antiga da Europa, com 3.000 anos, e faz parte da região de Andaluzia. Depois, paramos em Málaga, cidade natal de Pablo Picasso e, em seguida, Savona, na Itália, nosso porto de desembarque. A partir dali,

em terra firme, assumimos o comando de uma camionete previamente alugada, para conhecer a costa italiana. Mas essa é outra maravilhosa experiência que faço questão de compartilhar com você numa futura edição. ■

*Euvaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.
Fotos e legendas do autor



Aposentadoria... E agora?

COM

Algumas pessoas passam anos em contagem regressiva, aguardando o dia em que não precisarão mais ir ao trabalho e terão uma vida serena: "Finalmente terei férias permanentes, e serei feliz para sempre!" Outros enxergam bem cedo o "fantasma da ociosidade."

Muitos, no começo, sentem-se livres e, com o passar do tempo, sentem falta de seu antigo trabalho e do que isso lhe proporcionava quanto à construção do sentido da vida, o que é agravado por sentir-se menos importante.

As ocupações do profissional são abruptamente substituídas pelas ocupações domésticas e de alcance pessoal, até então insipientes no seu dia a dia. Não estando habituado com isso, surge o vazio. Bate a saudade dos companheiros de trabalho, dos projetos, das trocas de experiência e das conversas no cafezinho. Chega a tristeza, o tédio e até o arrependimento por se ter aposentado.

É fácil entender, pois é no contexto profissional que as pessoas, emocionalmente equilibradas, experimentam o sucesso, o reconhecimento, o orgulho de si mesmo e, conseqüentemente, a elevação da autoestima. E quando a pessoa começa a se dedicar apenas a tarefas de casa e passear com o cachorro, a vida pode perder o sentido de valor. Algumas pessoas até envelhecem fisicamente, assumindo os estereótipos do aposentado de chinelão. E o momento tão aguardado não traz a felicidade almejada.

É claro que não precisa ser assim. E espero que você, leitor, viva uma história bem diferente. Se a transição for planejada, tudo acontecerá sem maiores aborrecimentos, e você poderá viver o melhor da aposentadoria e ainda sentir-se ativo e produtivo. Para aumentar as possibilidades de que isso aconteça, algumas instituições oferecem programas de pré-aposentadoria para os servidores, preparando-os para a ociosidade produtiva.

É sabido que a expectativa de vida tem crescido no Brasil, e todos nós queremos viver muito, com saúde e sem envelhecer. Apesar de uma procura constante da ciência, esse ideal ainda é impossível.

Alimentar-se bem é o primeiro passo, mas o desgaste fisiológico acontece durante a vida e, à medida que a idade avança, o metabolismo diminui e, nessa fase, o descompasso se faz perceber com mais clareza. Procurar orientação de um geriatra ou nutrólogo é importante, pois ajudará a equilibrar esses desgastes, e até compensá-los, e melhorar a qualidade de vida.

Com a aposentadoria, alguns se engajam em consultorias ou vão lecionar em universidades, compartilhando sua experiência e saber. Outros pensam em abrir o seu próprio negócio.

Para virar um empreendedor, muito deve ser aprendido por um servidor público. O Sebrae oferece vários cursos que podem fazer grande diferença para quem

comportamento comportamento comportamento portamento

escolher esse caminho.

Há quem deseja apenas descansar, mas estes também precisam se preparar. O ritmo de atividades vai diminuir, e isso pode levá-lo à ociosidade improdutiva, que não é bom para o físico nem para o psicológico. Então, evite ficar parado esperando o tempo passar. E aqui vão algumas dicas para apoiar essa transição:

- Invista na realização de sonhos, talentos, paixões, desejos da adolescência que ficaram adormecidos. Faça cursos de pintura, design, mecânica, teatro, música, gastronomia, participe de coral, ou qualquer outra atividade que lhe traga prazer!

- Continue aprendendo: falar outro idioma, fazer uma pós-graduação, não por questões profissionais, mas porque o tema lhe interessa. Mantenha seus neurônios em atividade, mas sem preocupações. O cérebro precisa de atividade para continuar funcionando bem.

- Exercite seu corpo. Nunca é tarde para começar, mas o quanto antes melhor! Escolha um esporte leve, caminhadas em grupo, alongamento, ioga... Existem academias que organizam grupos com esse interesse, normalmente frequentadas por pessoas cheias de vitalidade, e o clima é sempre amistoso.

- Participe mais da vida cultural da sua cidade. Depois de 60 anos, você paga meia entrada; então, frequente mais teatro, shows e filmes.

- Viaje, descubra lugares e coisas interessantes. Aproveite os períodos de baixa estação. Existem pacotes especializados com preços de passagens aéreas e hospedagem bem convidativos.

- Leia os livros que ainda não leu e aumente seus repertórios de histórias para contar, mantendo-se atualizado sobre assuntos diversos. Uma boa conversa, sem se colocar como dono da verdade, agrada a jovens e adultos.

- Se tiver netos, desfrute da alegria especial de vê-los aprender sobre a vida. Talvez você não tenha conseguido viver isso intensamente com seus filhos, pois estava trabalhando por longas horas. Aproveite agora, pois curtir os netos alegra.

- Harmonize-se com tudo e todos. Procure desenvolver a sua espiritualidade e aumentar as suas virtudes. Participe mais intensamente da religião que você escolher e engaje-se em serviços voluntários. Existem comunidades carentes, e para elas o seu apoio será muito importante.

Certamente você já viu um aposentado ranzinza, taciturno, fechado e sozinho... e talvez tenha visto também um alegre, falante, leve, participando de atividades divertidas. Escolha o exemplo que você deseja seguir e imagine-se no futuro... Eu? Quero viajar muito, pintar, escrever minha biografia "O lado hilário da professora", participar de corais e dançar muito nos bailes da melhor idade! ■

*Professora universitária e consultora organizacional



A BUSCA DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

▼ POR MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR)

Gastar sim, mas gastar bem.

O ato de gastar não pode ser encarado como um fator negativo. O gasto é necessário para a manutenção dos serviços, ampliação da prestação jurisdicional e alcance dos resultados.

Ainda que o conceito de “qualidade do gasto” não tenha sido muito trabalhado e seja um tanto impreciso, é óbvio que está associado à atuação mais eficiente e mais eficaz do gestor público e, conseqüentemente, do governo.

O que muito se propagou até hoje é a redução dos custos como se esta fosse a única alternativa positiva em relação aos gastos e alcance das metas e diretrizes estabelecidas. Buscou-se, durante muito tempo, tão somente o quanto poderia ser reduzido para não só alcançar os mesmos resultados, mas enfatizando o aumento do volume destes. Seria possível, sempre, fazer mais com menos?

O art. 37 da Constituição Federal estabelece a eficiência como um dos princípios da administração pública. Apesar de não existirem muitas análises sobre quais são efetivamente as funções típicas de Estado, podemos inferir que os serviços de justiça possam assim ser definidos. O Judiciário é um prestador de serviços judiciais e seu desempenho, muitas vezes, é avaliado tão somente com base nas informações administrativas sobre o número de juízes, funcionários e processos julgados.

Porém, a eficiência é uma análise que vai muito além

da visão superficial de números, estatísticas e volume de recursos públicos empregados. Relaciona-se com o alcance de resultados, acessibilidade à justiça e, ultimamente, com a interiorização da Justiça Federal, onde são inauguradas as subseções judiciárias onde não havia, até então, sede e prestação jurisdicional local, aproximando os serviços dos usuários.

O cenário orçamentário é de escassez, sendo que, anualmente, mesmo com o crescimento da demanda no Poder Judiciário e, em particular, na Justiça Federal, o acréscimo anual não condiz com a realidade, nem mesmo atende às necessidades de implementação de ações demandadas pela própria organização. Assim, novas formas planejadas e eficazes vêm sendo estudadas e implementadas.

É preciso mudar a perspectiva de que a simples redução de gastos que, por sua vez, pode gerar ineficiências na oferta dos serviços públicos, nem se pretende confundir melhoria do gasto público com uma avaliação meramente do que foi executado. Apesar de sua importância, as informações advindas da gestão de custos são pouco utilizadas na administração pública.

A partir dessas informações, serão constituídos os indicadores de resultados e desempenho, definindo parâmetros para demonstrar “como”, “onde” e “porque” estão sendo utilizados os recursos, justificando e apresentando relatórios com dados e informações gerenciais que auxiliarão a

Alta Administração na utilização das informações de custos no processo decisório e na melhoria contínua da gestão e performance.

O orçamento deve buscar a proximidade com a realidade da organização, sob pena de superestimar as receitas, causando possíveis contingenciamentos e – o que é pior – contribuindo sobremaneira para a perda de qualidade na execução da despesa. Devem ser buscadas, ainda, estratégias de análise dos projetos analisando suas prioridades, urgências e características para alcance dos resultados finalísticos. Soluções excepcionais e alternativas nem sempre são alcançadas.

A iniciativa de se estabelecer uma sistemática de aferição de custos com base em metodologia de custeio adequada à realidade da Justiça Federal da 1.ª Região é algo inovador que, tendo o apoio da Alta Administração, começa seu caminho de mudança cultural em relação à sua aplicabilidade no auxílio do processo decisório e como base referencial geradora de informações.

Outras ações também começam a ser implementadas na área orçamentária, tais como o levantamento do cenário das estruturas das unidades (TRF, seccionais e subseções judiciárias), objetivando delinear o atual estágio e prospectar sua melhoria e, ainda, adequar e gerir o orçamento com base no planejamento estratégico.

A legislação brasileira que rege o sistema de gestão do gasto público (Lei n.º 4.320/64) necessita de atualização e ajustes, impedindo avanços em áreas importantes. A qualidade do gasto deve estar relacionada com os resultados da ação governamental. Um gestor empreendedor deve ser diferenciado de um gestor gastador; e – o que é pior – um gestor eficiente, que alcança resultados com menores custos ou dando a estes características qualitativas, mesmo com seu aumento, é, em geral, punido com um corte em seu orçamento no ano seguinte.

Ganhos de eficiência significam aumentar a quantidade e a qualidade desses serviços para o mesmo volume de gasto. Não há que se adotar a política de “fazer mais com menos”, pois esta assertiva pode trazer consigo a análise superficial das prioridades, dos projetos a serem desenvolvidos e até mesmo o comprometimento da qualidade do gasto. Gastar menos não representa necessariamente gastar bem. Pode-se priorizar ações menos importantes e alcançar metas de redução, e isso não representar a apli-

cação ótima dos recursos.

Assim, cabe ao gestor público a tarefa de planejar e monitorar as ações orçamentárias em consonância com o cenário da organização, atentando para as prioridades que repercutam no alcance das metas estabelecidas em seu planejamento estratégico. Em determinado cenário, é aceitável que os gastos aumentem, desde que justificados e ainda proporcionem a ampliação do acesso à Justiça, como no caso das novas varas já citado anteriormente. O mais importante é, no entanto, que os recursos disponíveis sejam aplicados de forma adequada e que os custos representem efetivamente aquilo que se necessita.

Podemos, ainda, economizar ou reduzir custos em determinadas áreas para que aquela economia seja aplicada em outros projetos prioritários ou que façam parte do estoque de projetos estratégicos não implementados por falta de recursos.

O estudo e desenvolvimento de uma sistemática de custos irá auxiliar os gestores e a Alta Administração no processo decisório, na análise dos custos das unidades e dos serviços prestados, demonstrando e apresentando um cenário real em relação aos gastos públicos e emprego de recursos orçamentários.

A elevação da produtividade e da efetividade dos recursos empregados, gastando-se menos, quando possível, e produzindo-se mais, mediante a implementação de boas práticas de gestão ligadas a despesas, deve se tornar um objetivo a ser alcançado. Rever o Mapa Estratégico e, portanto, o objetivo relacionado ao conceito superficial de simples “redução” se faz medida necessária. ■



Encantos de BRASÍLIA

RAISSA CAPIBARIBE

No período de 4 a 15 de abril realizou-se, no Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, a exposição "Encantos de Brasília", dos fotógrafos Raul Coimbra e sua esposa, Dulce de Oliveira, servidora da Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe) do TRF. "A exposição foi uma forma de homenagear Brasília pelo seu 51.^o aniversário. Achamos que a cidade é cheia de belezas, basta ter olhos para ver", disse Dulce.

Fotógrafo desde 1982, Raul conta que foi influenciado pelo irmão mais velho, também fotógrafo. "A partir da realização de eventos comecei a descobrir um mundo mágico por detrás das lentes de uma máquina fotográfica", revelou. Para Dulce o gosto pela fotografia vem dos tempos das máquinas analógicas, e o fato de ter se casado com um fotógrafo incentivou



Contrastes



Amanhecer



Final de tarde dourado



Curvas do Congresso



Monumento JK

ainda mais a busca pela melhoria técnica do trabalho.

Tanto para Raul quanto para Dulce, a fotografia é uma forma de expressar arte. A servidora considera que há diversas técnicas para se fazer uma boa foto, porém, com o surgimento de certos recursos, como o PhotoShop, alguns fotógrafos estão deixando de se preocupar com a técnica (ajustes manuais na máquina antes de efetuar o registro) para corrigir ou realçar algo apenas depois de clicar. Com isso, perde-se um pouco da "arte fotográfica".

E-mails para contato: dulcilene.oliveira@trf1.jus.br e rbcoimbra@gmail.com ■



Justiça para todos



Igreja Rainha da Paz



Esplanada em rosa e azul



Palácio Dourado



Praça dos Cristais



▼ PAULA ODA/IM

No dia 2 de abril é comemorado o dia de conscientização do autismo, uma síndrome que, segundo o especialista em psiquiatria da infância e da adolescência pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Ricardo Nogueira Krause, atinge, no mundo, de três a cinco crianças em dez mil. Para o médico, o tratamento desenvolvido com o autista é fundamental para definir a produtividade que o portador da síndrome terá na sociedade. Mesmo com a importância do assunto, a alta incidência e os prejuízos que a falta de tratamento pode acarretar, as instituições públicas do Brasil não têm nenhuma pesquisa ou programa de cuidados específicos para esse transtorno mental.

Pouco conhecido no país, o autismo é uma síndrome

comportamental, caracterizada pela falta de interação social, combinada com alterações da fala e mudanças de comportamento. Por não haver características biológicas conhecidas, o diagnóstico não é feito por exames laboratoriais, mas por meio da observação clínica da capacidade de se integrar socialmente, da comunicação, dos exercícios lúdicos e do interesse pelas atividades. Segundo o psiquiatra, o diagnóstico não é fácil e muitos pais levam um bom tempo para notar ou aceitar que algo está errado com o filho. Mas o quanto antes a síndrome for descoberta e o tratamento for iniciado, menos sintomas o paciente pode ter.

Dados de 2007, do Projeto Autismo, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São

Autismo

A SÍNDROME QUE REQUER CUIDADO PARA
DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

Paulo, indicam que no Brasil há cerca de um milhão de pessoas com a síndrome. As características de um autista são os movimentos repetitivos com o corpo e as mãos, aversão ao toque, apatia, dificuldade de manter o contato olho no olho, hipersensibilidade a certos sons, repetição de frases que escuta, tendência ao isolamento, fascinação por água, irritação ou agressividade quando são contrariados ou saem da rotina. Segundo o especialista, o transtorno é quatro vezes mais comum no sexo masculino, e a criança apresenta os sintomas antes dos três anos de idade.

O problema é agravado porque faltam centros de atenção especializados no Brasil. Para o psiquiatra, Ricardo Krause, o país tem uma política de inclusão que não prepara a

escola para receber essas crianças. “A falta de uma política de esclarecimento da população para detecção precoce dos quadros de autismo impede a possibilidade de intervenções mais bem-sucedidas”, garante.

Segundo o Ministério da Saúde, as opções de tratamento na rede pública em todo o país são os Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Nesses centros terapêuticos, os tratamentos integram profissionais de várias áreas, como psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais, professores de artes e educação física, nutricionistas.

Pela pequena quantidade de vagas, são poucos os que conseguem atendimento nesses lugares. Só o COMPP, como é chamado o Caps infantil do DF, atende mensalmente duas mil crianças e adolescentes, o que, em relação à demanda diária de solicitação por dia, é insuficiente.

Para quem não consegue ser atendido pela rede pública ou procura outras opções, há tratamentos alternativos, como o Programa Son-Rise. De acordo com o sítio eletrônico inspiradospeloautismo.com.br – onde é possível ter mais informações sobre o método –, em vez de cuidar só dos problemas aparentes, ele trabalha com o princípio de olhar a criança como um todo. A proposta não é um conjunto de técnicas e estratégias a serem utilizadas com uma criança, mas estilo de interagir, maneira de se relacionar que melhora a interação social. O objetivo é que os pais aprendam a lidar com o problema e ajudar o filho.

O Programa Son-Rise foi criado nos anos 70 pelo casal Barry e Samahria Kaufman, pais do autista Rauan. Depois de ouvir de especialistas que o filho não tinha uma perspectiva de futuro, eles desenvolveram uma proposta que deu certo. O menino foi curado, e hoje é o coordenador do Autism Center of America, instituição fundada pelos pais de Rauan. A história de superação também ganhou um filme, que se chama “Son-Rise, a miracle of love”, que, na versão brasileira, recebeu o nome de “Meu filho, meu mundo”.

A história de Rauan já inspirou inúmeras pessoas pelo mundo, inclusive a servidora do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Luzanira Maria Santos, mãe de uma autista, Luísa, de 14 anos. Até os dois primeiros anos de vida, a menina era uma criança normal. Falava, brincava, ia à escola e se relacionava com as pessoas. Depois dos dois anos, tudo mudou. “Ela teve uma regressão na fala e na interação social. Deixou de falar, brincar com outras crianças e se isolou”, lembra a mãe.

Luzanira, que nunca tinha ouvido falar em autismo, pro-

curou vários profissionais, inclusive uma psicóloga que, após 12 sessões, atestou que Luísa era portadora da síndrome. “O que ouvi naquela época é que não havia cura, minha filha não teria perspectiva nem esperança de um futuro”, diz a mãe. A menina fez tratamento nas opções que existiam em Brasília, inclusive na rede pública, mas a servidora queria mais. Ela procurou o que pôde em livros e na internet, até encontrar o Programa Son-Rise. Em dezembro de 2003, embarcou para os Estados Unidos para conhecer o método e, oito anos depois, ainda é adepta do estilo de interagir diferente.

“A Luísa já fez alguns tratamentos, mas o Son-Rise foi o melhor. Ela se desenvolveu e está se desenvolvendo ainda mais”, garante ela, que hoje conta com uma equipe de psicólogas para acompanhar a menina. Uma delas é Carla Silva de Melo, que comprova a evolução de Luísa. “Atendo ela há

quatro anos, nesse tempo ela já melhorou o contato visual e a interação com as pessoas.” A profissional recomenda que o programa seja feito diariamente, pelo menos no início. E, para aqueles que não possuem condições, uma boa notícia, o tratamento pode ser feito pelos familiares, desde que eles recebam um treinamento.

A Associação Médica Brasileira não reconhece o Programa Son-Rise como tratamento, muito menos a possibilidade de cura dos autistas. Mas para o especialista em psiquiatria da infância e da adolescência pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Ricardo Nogueira Krause, qualquer acompanhamento terapêutico é fundamental para que o paciente se insira da maneira mais produtiva possível na vida social. Sobre os medicamentos para o autismo, o psiquiatra diz que servem apenas para controlar os sintomas mais graves e disfuncionais. ■



RAMON PEREIRA

Luzanira e a filha Luísa

PARA LOCALIZAR O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) MAIS PRÓXIMO, LIGUE PARA DISQUE SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

0800 61 1997

Licenças

Dúvidas? Você tira aqui.



Tratamento da própria saúde

O que deve fazer o servidor que necessitar de licença para tratamento da própria saúde?

O servidor deverá comparecer ao serviço médico ou procurar a rede credenciada, para submeter-se a consulta médica e obter um atestado, o qual deve ser apresentado ao órgão de lotação do servidor, ou ao serviço médico, para homologação.

Existe um prazo para o servidor fazer a solicitação?

A legislação não prevê a hipótese de solicitação de licença médica. Não há, portanto, necessidade de se fazer requerimento. A licença é automática, pelo período estipulado no atestado médico, ou por aquele homologado pelo serviço médico. Para tanto, basta ao servidor apresentá-lo o mais breve possível.

Durante quanto tempo pode o servidor permanecer em licença?

Por, no máximo, 24 meses, ao longo de toda a vida funcional, contados a partir de 10/12/1997, data da Lei n.º 9.527/97, que alterou os dispositivos pertinentes da Lei n.º 8.112/90. Expirado o período de 24 meses, o servidor será submetido a perícia pela junta médica, que decidirá pelo retorno ao serviço, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez. (artigos 102, inciso VIII, alínea "b", 186, inciso I, §3.º, e 188, §§1.º e 2.º, da Lei n.º 8112/90.)

Como fica a remuneração do servidor?

Na licença para tratamento de saúde, o servidor recebe a remuneração integral, inclusive as parcelas de FC ou CJ.

A quem é permitida a tomada de providências, no lugar do servidor, para apresentar o atestado médico?

Não há previsão legal. Em princípio, o próprio servidor deve dirigir-se ao seu local de lotação, ou ao serviço médico do órgão, para apresentar o atestado médico. Porém, em casos de comprovada impossibilidade, um parente ou qualquer pessoa idônea poderá levar o atestado ao setor competente. Nos casos em que houver necessidade de perícia médica, o servidor será chamado a se apresentar, pessoalmente, à junta médica. Se, entretanto, não lhe for possível, justificadamente, locomover-se, poderá haver atendimento domiciliar.

Por motivo de doença em família

E no caso de tratamento de saúde de pessoa da família? Pode o servidor sair de licença?

Sim. Porém, nesse caso, trata-se de outra espécie de licença, denominada Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, prevista no artigo 83 da Lei n.º 8.112/90.

Pode ser qualquer parente?

Não. Somente as pessoas previstas no caput do artigo 83 da Lei n.º 8.112/90, com redação dada pela Lei n.º 11.907/2009, isto é, cônjuge, companheiro, pais, filhos, padrasto ou madrasta, e enteado ou dependente que viva às expensas do servidor e conste do seu assentamento funcional. A necessidade dessa licença será verificada mediante perícia médica.

Qual a duração da licença nesse caso?

A licença poderá ser concedida pelo prazo de até 60 dias, com remuneração, e por mais até 90 dias, sem remuneração, totalizando o máximo de 150 dias, dentro de cada período (interstício) de 12 meses, contados a partir do primeiro dia de deferimento de licença dessa espécie, de conformidade com o disposto no §2.º, incisos I e II, e §§3.º e 4.º do artigo 83 da Lei n.º 8.112/90, com redação dada pela Lei n.º 12.269/2010. Deve-se observar que, do período de 60 dias de licença remunerada, os 30 primeiros dias serão contados para todos os efeitos legais, e os 30 últimos, ainda que também remunerados, contam-se apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade, de conformidade com o disposto no inciso II do artigo 103 da Lei n.º 8.112/90, com redação dada pela Lei n.º 12.269/2010. Quanto à parte não remunerada dessa espécie de licença, até 90 dias, esse período não é computado para nenhum efeito legal, salvo se o servidor optar por contribuir, no período equivalente, para o regime de previdência próprio do servidor público (PSSS), caso em que deverá ser computado para efeito de aposentadoria.

A remuneração permanece a mesma?

Não. O servidor somente recebe a remuneração do cargo efetivo, não percebendo as parcelas de FC ou CJ que ocorrerem. Nos primeiros 60 dias o servidor somente receberá a remuneração do cargo efetivo; nos 90 dias seguintes, a licença será sem remuneração e os dias não serão computados para nenhum efeito. (Resolução n. 447/CJF).

O servidor deve comparecer ao serviço nesse período?

Não, posto que o período de afastamento mediante atestado médico, devidamente homologado, equivale a ausência justificada.



PEC reformadora do Judiciário Solução constitucional premente

Num primeiro plano, comporta relevo a circunstância consolidada de que os ordenamentos jurídicos dos países que há muito tempo almejam o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito houveram por bem em adotar – em alguns casos, com peculiaridades próprias – a independência harmônica entre os três poderes constituídos, nos moldes em que preconizados por Montesquieu. Entretanto, a festejada consolidação do Estado Democrático de Direito, em se tratando do ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, reclama a identificação de máculas estruturais que culminam por perverter a lógica do sistema e, via de consequência, sua própria legitimidade e eficácia.

Em realidade, não paira qualquer sombra de razoabilidade em determinada providência estabelecida no bojo do texto constitucional disciplinador do funcionamento do Poder Judiciário que culmina por abalar, sensivelmente, a composição de sua mais alta Corte. Ao comentar este assunto, não se pode chegar a outra ilação senão a de que ressoa, em verdade, como autêntica utopia autointitular-se, o Poder Judiciário brasileiro, de poder independente; e isto, partindo da premissa de que os Ministros do Supremo Tribunal Federal necessitam, de acordo com o texto da Carta Magna em vigor, de prévia indicação da Chefia do Poder Executivo Federal, a fim de que possam ser legalmente investidos em suas funções judicantes.

Os vícios do sistema jurídico-constitucional brasileiro não dormitam, somente, na propalada independência do Poder Judiciário brasileiro, em uma de suas claras formas de nefasta submissão, linhas atrás delineadas. Na realidade, o Poder Judiciário Brasileiro, ao invés de assumir o seu

franco papel de vanguarda no processo de fortalecimento das instituições, se encontra alicerçado em dose substancial de omissão e timidez que partem em seu nascedouro das próprias raízes em que fincadas sua estrutura e base de funcionamento, nos termos preconizados pela base constitucional na égide da atual Constituição Federal em vigor.

Postas tais considerações iniciais, penso que a promulgação de uma PEC – Proposta de Emenda Constitucional – mereça ser formulada, apresentada e integrada ao corpo normativo da Carta Magna em vigor, de molde a viabilizar novos horizontes para a atuação de um poder judiciário verdadeiramente independente, moderno, enxuto e eficiente. Entretanto, há que se sobrelevar que a independência do Judiciário reclama, ainda, a promulgação de uma PEC reformadora, inclusive como forma de permitir que a questão orçamentária não fique, a cada quatro anos, e quiçá, todo ano, ao talante das políticas e diretrizes orçamentárias implementadas pelo Poder Executivo Federal. A título de exemplo, a virtualização, já consagrada no âmbito de certas cortes superiores, já emerge como solução substancialmente eficaz para uma prestação jurisdicional mais ágil, e somente não foi dada a devida amplitude ao programa bem-sucedido de virtualização de processos por manifesta falta de recursos orçamentários, com prejuízo gravíssimo da qualidade dos serviços públicos judiciários em todos o país.

Postas essas ponderações, denota-se fundamental a aprovação de uma PEC – proposta de emenda constitucional – formulada especificamente com tais finalidades. ■

*Oficial de gabinete/ 5ª Vara da Seção Judiciária da Bahia – ex-professor de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, e Legislação Social da UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz.



PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PARA APOSENTADORIA



Entre em contato pelo e-mail
qualidadedevida@trf1.jus.br e participe!

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região



Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br